

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *Folha de São Paulo*
Data *01/02/83*
Pág.

Pasta n.º
N.º do recorte.....

*Macro inaugura
creche dia 3*

A creche do Projeto Macro-Múltipla Ação Regional Comunitária, implantada no Butantã, será inaugurada dia 3, às 11 horas, pelo governador José Maria Marin e pelo prefeito Antônio Salim Curiati. A creche atenderá 150 crianças e fica na avenida Francisco Morato, ao lado da Morumbi Motors.

Para movimento, a situação das creches é ruim

Não foi nada animador o balanço sobre a situação das creches da cidade, feito ontem por integrantes do Movimento de Luta por Creches, em entrevista coletiva. O principal problema levantado foi o convite que o coronel José Avila da Rocha, da Secretaria da Família e da Promoção Social, vem fazendo a diversas entidades particulares dos bairros de São Paulo para que assumam o funcionamento das creches municipais. "Sabemos que, no momento, existem quarenta creches municipais prontas para serem entregues à população, mas que estão sendo negociadas para se tornarem creches indiretas. Nossa experiência provou que a comunidade é pobre e não tem condições de assumir uma creche financeiramente. E não vamos admitir a perda de uma conquista como essa."

A denúncia foi feita por Amélia de Almeida Teles, da creche do Parque Figueira Grande, que citou as creches municipais do Jardim Lusitana, Jardim Manilos, do Butantã e de Lausane Paulista como exemplos das que já entraram em entendimento com a Prefeitura e passaram a ser indiretas. Para os representantes do Movimento de Luta por Creches, esta mudança significa a perda de uma conquista prometida pelo ex-prefeito Reinaldo de Barros e a queda da qualidade dos serviços oferecidos. "Quando finalmente o governo assume que a população tem o direito à creche e passa a construí-la e administrá-la com o apoio da população, nos diversos bairros da cidade, o prefeito Salim Curiati e o coronel Avila Rocha afirmam que querem acabar com as creches diretas até o final do mandato. Isso é um absurdo que o movimento não pode aceitar."

MAES

Os representantes presentes também deixaram claro que não são favoráveis à intenção manifestada pelo futuro governador Franco Montoro de incentivar a instituição de "mães crecheiras", aquelas que teriam sob sua responsabilidade, em sua casa, de 20 a 30 crianças. "Isto seria a continuação da miséria que temos dentro de casa, um mero depósito de crianças, e não foi esta a nossa reivindicação", disse Tânia Curralló Hammoud, ex-diretora da creche do Parque Figueira Grande. Para o movimento, mais importante

é a educação das crianças e a "mãe crecheira" não teria condições para fazer qualquer coisa nesse sentido.

Outras questões foram levantadas durante o encontro de ontem, mostrando a insatisfação do Movimento de Luta por Creches que, no mês de outubro, esteve com o prefeito Curiati pedindo uma solução para o problema. Uma delas diz respeito às centenas de pedidos de construção de novas creches, que não são atendidos, como o caso da população de São Mateus e Vila Flávia, onde existem cerca de 1.500 crianças na faixa de 0 a 6 anos e apenas 100 vagas na creche municipal, e uma pajem para cuidar de 18 crianças. Além disso, foram apontados diversos casos de creches já prontas — Jardim São Luis, Jardim Aurora, Jardim Capela, A.E. Carvalho —, com diretores contratados, e recebendo salários, mas que não entram em funcionamento por motivos ignorados pela população.

"Também estamos protestando sobre a forma como a Prefeitura está selecionando o pessoal para trabalhar nas creches, impedindo o acesso da população do bairro. Foram feitas nomeações de trezentas diretoras que desconhecem a realidade dos bairros e que são remuneradas antes mesmo de trabalhar", queixou-se Josefa dos Reis, do Parque Regina, que ainda levantou o problema do péssimo estado de conservação em que se encontram as creches municipais.

Segundo diz, os prédios apresentam rachaduras, as máquinas de lavar encontram-se encrascadas e as fossas dos banheiros estão sempre entupidas. "O dinheiro que a Prefeitura gasta, diariamente, com uma empresa que desentope as fossas das creches seria melhor empregado com a providência de esgotos", problema também enfrentado por Amélia de Almeida Teles, na creche de Figueira Grande.

Além disso, todas as representantes do Movimento de Luta por Creches informaram que os estabelecimentos não estão recebendo pão para o lanche diário das crianças. O secretário José Avila da Rocha substituiu-o por bolacha, além de cortar pela metade a quantidade de carne, frango e salsicha recebida por cada unidade. "Eles nos disse que as crianças não gostam de carne, por isso havia cortado a cota", reclamou Josefa dos Reis.

MARCO: INAUGURADA A PRIMEIRA DAS 50 CRECHES

E. Tade 4/2/83



Marin e Curiati na primeira unidade do Projeto Marco

O governador José Maria Marin inaugurou, ontem, a primeira das 50 creches que o Projeto Marco — Múltipla Ação Regional Comunitária vai implantar em São Paulo. O Marco é uma idéia do GAP — Grupo de Assessoria e Participação e, segundo seu presidente, Roberto Paulo Richter, "pretende entusiasmar as elites econômicas para aplicar recursos em setores de formação educacional, de profissionalização e de geração de novos padrões humanos".

Ao chegar à primeira creche, à rua Lúcio Marcondes do Amaral, no Butantã, o governador José Maria Marin foi recebido pelo secretário Roberto Paulo Richter, pelo prefeito da Capital, Antônio Salim Curiati, pelo sr. Theobaldo de Nigris, ex-presidente da Federação das Indústrias e presidente do Projeto Marco; pelos membros da diretoria; e por dezenas de empresários, todos residentes ou que trabalham no bairro do Butantã.

Após a benção do prédio, pelo padre Pedro Américo, Marin externou sua satisfação com a realização da obra, que se destina à criança, e pela forma como será gerenciada, pelos próprios empresários, sem ônus para os cofres públicos. Finalmente, ele fez rápida visita às instalações.

A CRECHE DO BUTANTÃ

Construída em terreno de 4.300 metros quadrados, cedido pela Prefeitura, as obras da creche foram iniciadas em fevereiro do ano passado. O prédio tem cerca de 500 metros quadrados, com capacidade

para 150 crianças (atualmente já funciona com 39 e a comunidade está fazendo a seleção de outras para as vagas restantes), uma ala administrativa, ambulatório médico, seis salas de aula, pátio de recreação, cozinha e "playground". Custo, 25 milhões de cruzeiros.

O projeto Marco pretende construir mais 49 creches na cidade dentro da mesma orientação: a participação comunitária. Funcionando como entidade civil sem fins lucrativos, apenas gerencia o projeto. Assim que a creche entrar em funcionamento, é entregue à comunidade, como este Núcleo Infantil do Butantã, que já constitui entidade autônoma, com estatuto registrado em cartório e com diretoria própria. Seu presidente é o empresário Pierre Vinson.

No mesmo local da creche funcionará, em outro horário, o Projeto Orion — Orientação Profissional de Núcleos Seleccionados, que estudará e implantará formas de ocupação diversificadas para a mulher, com atividades que ela possa exercer em sua casa.

Segundo Paulo Richter, a implantação dessas creches partiu de uma sugestão do GAP de "Polícia Comunitária" do 25.º DP, em Parelheiros.

Também estiveram presentes à cerimônia o secretário da Família e Bem-Estar Social, coronel José Ávila da Rocha; o presidente da CMTC, Modesto Stama; o presidente da Febem, Antonio Luís Ribeiro Machado, e o administrador regional do Butantã, Ivo Carotini.

Projeto Marco abre sua primeira creche

Foi inaugurada ontem, no Butantã, a primeira creche do projeto "Marco" (Múltipla Ação Regional Comunitária), criado pelo Grupo de Assessoria e Participação (GAP) do governo do Estado. A creche, denominada Núcleo Infantil do Butantã (NIB), tem 520 metros quadrados de construção e deverá abrigar 120 crianças de até seis anos. Situa-se em terreno da Prefeitura, mas foi construída e será administrada por empresários da região.

Segundo o presidente do GAP, Roberto Paulo Richter, essa creche é a primeira das cinquenta a serem construídas nas regiões onde funcionam os distritos policiais. A ideia dessas creches partiu do GAP de "Polícia Comunitária" do 25.º DP, em Parelheiros.

Estiveram presentes à inauguração o governador José Maria Marin, o prefeito Salim Curiati, o secretário da Família e Bem-Estar Social, José Ávila da Rocha, o presidente da Febem, Antônio Luis Ribeiro Machado, o administrador regional do Butantã, Ivo Carotini, e outras autoridades.

PARTICIPAÇÃO

Após descerrar a placa de inauguração do NIB, juntamente com o prefeito e o governador, Roberto Paulo Richter falou aos presentes, a maioria membros do GAP, sobre a instituição. Defendeu a participação da comunidade nos problemas sociais, afirmando que "ela tem de atuar e não apenas deixar a responsabilidade para os governantes". Disse também que novas creches serão construídas e, ao final, foi beijado por uma menina, Paula, a quem nomeou "criança-símbolo do Núcleo Infantil do Butantã".

A seguir, falou o governador José Maria Marin, que disse estar sentindo "uma alegria íntima por este grande trabalho, fruto do idealismo e da convicção desse nosso companheiro, Roberto Paulo Richter", e com "a participação de todos os homens de bem desta Capital, deste País".

O padre Pedro Paulo, do Colégio Santo Américo, abençoou as instalações da creche e, ao final, a esposa de Roberto Paulo Richter recebeu rosas vermelhas, ofertadas pelas mulheres que participam do GAP.

Creche e os pais debatem problemas

Objetivo é diminuir a angústia familiar

RIO — A abertura de um debate cultural entre os pais de alunos da creche "Espaço Aberto" e a comunidade, na Tijuca, é uma experiência que está sendo desenvolvida pelas sociólogas Tamini Elmor e Carmem Rangel, donas do estabelecimento, preocupadas com a violência do dia-a-dia, o conflito familiar e a angústia dos pais por deixarem os filhos em creches para poder trabalhar.

A tentativa de desenvolver o projeto, a princípio, objetivava mostrar aos pais que a creche enquanto instituição é viável numa sociedade. Os pais ficam angustiados por terem de deixar os filhos numa creche para ir trabalhar, como imposição da sociedade, e as mães se sentem culpadas por serem substituídas por uma instituição que cuidará de seu filho. Esse sentimento, diz Tamini, dilui-se à medida que a separação de mãe e filho se dê em um ambiente adequado.

PAIS INSEGUROS

O importante, segundo Carmem Rangel, é o trabalho dos pais junto às instituições, a fim de compreenderem melhor os problemas da sociedade. Segundo ela, os pais também são problemáticos e geralmente têm 30 a 40 anos de idade, no momento em que buscam caminhos para a solução de seus problemas existenciais e são vítimas de todo um complexo social, buscando ascensão, realização profissional e poder. Por esse motivo, diz Carmem, transmitem aos filhos a sua insegurança e agressividade.

"Para debater esses problemas, o espaço cultural na creche "Espaço Aberto" foi entregue à comunidade, já que os mesmos não são casos isolados e sim coletivos". A partir da problemática violência x agressividade, crise econômica, desemprego e desquites, os pais, ao debater os, passam a compreender o mundo e encontrar caminhos para solucionar os seus problemas", informou Tamini Elmor.

Para Carmem, a criança que vive em ambiente de agressividade será quase sempre um adulto agressivo. "Na verdade, diz ela, as crianças são violentas na medida em que recebem mensagens violentas da sociedade. Numa instituição, essa criança absorverá menos essas mensagens, pois lá ela irá desenvolver o seu potencial afetivo e aprenderá a lidar com seus sentimentos. Através de atividades variadas, a criança canalizará a sua agressividade."

BOA ASSISTÊNCIA

Os pais que sofrem as consequências da violência na sociedade não deverão hesitar em deixar os filhos numa creche, porque elas serão bem assistidas, afirmou Tamini. Segundo ela, a intenção da "Espaço Aberto" não é dar solução aos problemas sociais, mas permitir aos pais um maior contato com essa sociedade, a fim de compreendê-la para melhor educar os filhos. "Isso só é válido, acrescenta, quando se tem pessoas e espaços capazes para desenvolver os encontros. Debatendo os problemas em grupo, os pais verão que os seus problemas não são únicos e sim coletivos, tornando-se mais fácil encontrar soluções". Segundo ela, é mais compensador colocar os problemas no coletivo, pois a troca de experiências facilita ao encontro de novos caminhos.

Enquanto os pais debatem os seus problemas na creche, os educadores da instituição promovem atividades diversas em praças públicas com as crianças. Segundo Tamini, os resultados são ótimos, pois os pais participam com grande interesse e se sentem aliviados ao expor os problemas.

Em funcionamento há dois meses, na rua João Alfredo, na Tijuca, a creche abriga vinte crianças de três meses a quatro anos e é coordenada pelo psicólogo Carlos Galiza. Haverá novo debate hoje, na praça Xavier de Brito, Tijuca, quando os pais participarão das atividades das crianças.



Foto Fernando Santos

As mães que transformam suas casas em creche são remuneradas.

Mães cuidam de filhos alheios

Experiência supre a falta de creches

Maria Cordeiro era empregada doméstica mas foi obrigada a deixar o trabalho quando teve filho e não encontrou local onde deixá-lo. O bairro onde mora, o Jardim Santa Gertrudes, em Guarapiranga, não possui creche e ela viu com entusiasmo a idéia da Associação Comunitária Thebalde, da qual faz parte, de se tornar uma crecheira — aquela que toma conta de crianças do bairro enquanto as mães trabalham. Hoje, depois de um ano como crecheira, tendo sob sua responsabilidade quatro crianças além de seus dois filhos, todos até 6 anos, ela se sente recompensada pelo trabalho. Afirma ter aprendido muito com os técnicos que a assessoram e também é remunerada pela atividade.

A experiência da Associação com crecheiras, iniciada em agosto de 1981 para atender as mães dos bairros dos Jardins Palozinho 1 e 2, Santa Gertrudes, Tapira e São Francisco, mostrou bons resultados. Tanto que hoje existem dez crecheiras atendendo sessenta crianças e até o final deste ano o número deverá ser dobrado. Por esse motivo, a presidente da entidade, Antonieta Silveira Correa, resolveu rebater as críticas feitas pelo Movimento de Luta por Creches quanto à validade da instituição das crecheiras. Segundo o movimento, as crecheiras que cuidam de 20 a 30 crianças — de acordo com projeto feito no governo Paulo Egidio — “tornam-se depósitos de crianças e perpetuam a miséria de casa”.

DEFESA

“Não é verdade que a Instituição de mães crecheiras vá oferecer um mau serviço às crianças”, diz Antonieta Silveira Correa, “quando surge a partir da necessidade e desejo da comunidade e tem acompanhamento de técnicos”. Para a presidente da entidade, a experiência inicial com as crecheiras mostrou bons resultados, com o número de 6 crianças, tanto que logo tornou-se uma alternativa para as mães do bairro “e de ótimo nível, até melhor que em muitas creches municipais”.

A idéia da formação de creches domiciliares surgiu das mulheres que frequentam o Clube de Mães da entidade. Uma psicóloga, a assistente social e a pedagoga da entidade ajudaram a organizar o trabalho e algumas mães ofereceram-se para ser crecheiras. Para tanto, elas devem preencher alguns requisitos, como ter dependências adequadas, casa murada, animais vacinados. E não ter mais do que dois filhos, para que possam manter sempre o número total de seis sob sua responsabilidade.

Este é o caso de Maria Cordeiro. Ela, como outras crecheiras, recebe Cr\$ 2 mil da associação e registro em carteira de trabalho e Cr\$ 1.500 da mãe, por cuidar de cada criança, quantia que será reajustada em breve. “As crianças tomam quatro refeições diárias e o cardápio é estabelecido por nutricionista, apenas devo segui-lo”, diz Maria. A alimentação é rica, incluindo desde frutas e verduras até bife de fígado e ovos. “Dá perfeitamente para cuidar das crianças. Elas também tomam banho antes de ir para casa. Muitas passaram a apresentar melhor crescimento depois que chegaram na creche, pois em casa nem sempre recebem alimentação tão rica e com hora determinada.”

Além de orientação para a alimentação e higiene das crianças, Maria e outras crecheiras recebem a visita semanal da psicóloga, da pedagoga e da assistente social da associação, cuja sede fica nas proximidades. Essas técnicas dão a orientação adequada para as atividades das crianças.

Denunciado o abandono das creches municipais

Creches abandonadas ou funcionando precariamente; a transferência de muitas delas para entidades particulares; a interrupção dos programas Pró-Favela e Pró-Morar; perseguições e ameaças a funcionários e representantes da comunidade — estas foram algumas das denúncias feitas ontem à Comissão Especial de Investigação (CEI) sobre a Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), instalada ontem na Câmara Municipal.

Em apenas dez dias da composição da nova Câmara, a CEI da Fabes é a quarta constituída pelos vereadores e deverá encerrar-se com um convite ao coronel José Ávila da Rocha, secretário da Fabes, para depor. Presidida por Walter Feldman (PMDB), ela pretende apurar o encaminhamento que vem sendo dado a solução dos problemas de moradia da população carente; o processo de criação e funcionamento das creches municipais; a forma de aplicação das verbas da Secretaria; e as denúncias de discriminação na seleção e contratação de pessoal e de ameaças e punições aos funcionários.

Antes mesmo do início da tomada de depoimentos, previsto para o

dia 18, representantes de entidades e da comunidade, presentes ao auditório Pedroso Horta, fizeram relatos incriminando particularmente a atuação do atual secretário da Fabes há seis meses no cargo. Messias José da Silva, membro da coordenação municipal do Movimento de Favelas, acusou o coronel Ávila de tê-lo ameaçado — e a outros companheiros seus também — com prisão, assim que ele, Messias, “pisasse na bola”, conforme disse ter sido essa a expressão usada pelo secretário em reunião mantida entre ele e uma comissão de apoio aos invasores do Jardim São Paulo, expulsos em setembro do ano passado.

O coordenador do Movimento de Favelas denunciou ainda aos vereadores que o Programa de Reurbanização de Favelas, o Pró-Favela, instituído pelo ex-prefeito Reynaldo de Barros para atender em sua primeira etapa 36 núcleos, só foi implantado em três. Os mesmo ocorreu com os programas de instalação de luz e água, interrompidos por falta de pagamento da Prefeitura às empresas executoras (Sabesp e Eletropaulo), afirmou Messias.

Até mesmo os serviços de melhoria das favelas, feitos anteriormente

pelas administrações regionais, não são mais autorizados pelo coronel, segundo Messias porque “ele quis encarar a organização de favelados como atividade de agitadores e comunistas”.

Parte das denúncias dos representantes dos favelados foi reiterada pela diretora da Associação Provisional das Assistentes Sociais (Apas), Maria Berenice Delgado: “O autoritarismo no tratamento das questões sociais atingiu seu ponto máximo dentro da Secretaria”, afirmou. Berenice Delgado disse também haver um clima de constrangimento e medo na Secretaria desde a posse do coronel Ávila, que 17 dias depois começou a punir funcionários.

No plano administrativo, Berenice Delgado informou aos vereadores que muitas creches inauguradas em função das eleições não têm condições de funcionar por falta de equipamentos e que segundo informações ainda não confirmadas, cerca de 40 creches foram transferidas para administrações particulares. A diretora da Apas denunciou ainda que o programa Pró-Morar também foi interrompido por falta de verbas.

As creches estão em más condições

F/SP 22/2/83
Denúncias foram feitas em reunião na Câmara

Cobras, alagamentos, pneumonias e diarréias foram os pontos principais das denúncias feitas por representantes do Movimento de Luta por Creches, em encontro realizado na Câmara Municipal na tarde de sábado. Moradores de todas as regiões da cidade, homens e mulheres, estiveram presentes, demonstrando que há um crescimento muito forte da consciência de que a população precisa levar à frente a luta por creches em São Paulo.

Das 134 creches diretas (da Prefeitura) todas com problemas graves, 40 estão para se tornar conveniadas com entidades particulares. Segundo os representantes do Movimento de Luta por Creches, não há dúvida alguma com relação à reivindicação popular. Pais e mães querem creches construídas e mantidas pela Prefeitura e com a participação administrativa de pessoas da comunidade. Quanto à ameaça de tornar conveniadas 40 instituições, o protesto é generalizado. A população considera que a Prefeitura dispõe de recursos, não só para manter condignamente essas creches como para multiplicá-las, equipando-as com excelentes recursos humanos e com materiais pedagógicos de bom nível, para devolver ao povo o que dele

vem sendo retirado através de impostos ou indiretamente.

ALIMENTAÇÃO

Os representantes mostraram-se também preocupados com o corte na verba destinada à alimentação das crianças, sob a alegação de que criança de periferia não gosta de comer carne. Tal afirmação, atribuída ao coronel José Avila da Rocha, secretário do Bem-Estar Social, foi suficiente para que se desencadeasse nova onda de críticas à sua atuação. Criticou-se não só a existência de várias creches cujos funcionários recebem seus salários mas não estão a serviço das crianças, como também o autoritarismo que existe na secretaria.

Os presentes decidiram elaborar documento pormenorizado contendo todas as reivindicações do movimento, a ser entregue ao futuro governador Franco Montoro antes mesmo de sua posse. Para isso, foi criada a comissão que deverá elaborar relatórios expondo a situação precária em que se encontram as creches de São Paulo, os cortes de verbas e reivindicar a continuidade da instalação das creches diretas, repudiando-se o projeto das mães-crecheiras, que seria oficializado pelo governo Montoro.

Sexo, Mulher e Classe Social

OSP
18024/2/83-Pg Paulo Tortello

Militante das mais representativas dos movimentos de mulheres no Brasil, a escritora Rose Marie Muraro lançou recentemente em São Paulo o seu livro "Sexualidade da Mulher Brasileira — Corpo e Classe Social no Brasil", um estudo sobre a sexualidade e a condição da mulher brasileira que traz a novidade de integrar sexualidade e classe, pela primeira vez nos estudos dessa área.

A obra de Rose Marie (Ed. Vozes, RJ, 500 p. 1983, Cr\$ 3.200,00), parte de uma pesquisa de campo realizada no Rio de Janeiro (burguesia e classe média), Pernambuco (campepinato) e São Paulo (operariado) e conforme a autora "é um trabalho coletivo", destacando a colaboração de Manuel Barros da Motta, Ana Rowe, Leda Niemayer e Vida Kamgachi. A autora inicia sua obra pela análise dos temas "Corpo e Sexualidade" e "As Classes Sociais", apresentando a seguir a pesquisa e sua metodologia e percorrendo sobre a amostra colhida no Rio, São Paulo e Pernambuco.

Burguesia, Campepinato e Operariado são estudados por Rose Marie Muraro em suas relações com a sexualidade, a partir das respostas que homens e mulheres ofereceram a um minucioso questionário elaborado pela autora e aplicado em trabalho de campo por pesquisadores que, chama-se a atenção, "além de engajados, sensibilizados pela ação dos movimentos sociais, possuíam grau universitário". A Relação com o Corpo, a Inserção no Mundo, Pápeis Sexuais, a Sexualidade, Controle da Natalidade: Prática e Ideologia, Política e Ideologia e a Condição da Mulher são os temas abrangidos pela pesquisa, que inclui questões como "Gosta do próprio corpo?", "Como aprendeu a cuidar do corpo?", "O marido ajuda em casa?", "Gosta de ter relações sexuais?", "O papel da mulher na família está mudando?", "Como vê o atendimento da saúde da mulher e da criança pelo governo?", "O que acha do aborto?" ou "Qual a melhor vida, do homem ou da mulher?", além de muitas outras igualmente interessantes.

O resultado foram respostas como a da burguesa carioca que afirma: "Aqui nós não escondemos nada" (no Rio), referindo-se ao próprio corpo, ou: "Faço exercícios, ioga, como comida certa", mas também: "As vezes acho que sou bonita, às vezes, feia, não sei não. Nunca pensei de outra maneira, só assim, esteticamente", "Me acho feia ou sem graça, não acho que é importante para a minha apresentação social", "Não penso em meu corpo como algo a gestar. Há coisas mais importantes que isso na vida, não acha?". Entre os homens houve quem afirmasse que "O corpo é como um amigo, acompanha, se aceita e não se pensa nisso" ou "Não penso muito nisso, apenas como, durmo; não estou atento para o problema do corpo".

Em qualquer hipótese é contrastante verificar a diferença das respostas fornecidas por homens e mulheres do campepinato pernambucano. Ali houve mulheres que afirmaram não gostar do próprio corpo, aduzindo: "... o rosto ainda acho engraçado", ou que gosta muito do seu corpo quando está grávida, porque fica forte. Entre os homens houve quem dissesse que não gosta do próprio corpo, porque é pequeno e franzino, ou que gosta, pois está conformado como Deus o fez. Mulheres da Zona da Mata afirmaram preferir-se mais gordas e entre os homens, um afirmou: "O corpo da gente é a gente mesmo", outro, "O corpo é a gente próprio" e um terceiro: "Eu tenho cuidado pra não ficar buchudo".

É impossível esgotar a riqueza do livro de Rose Marie Muraro em apenas algumas linhas. O livro deve ser lido e analisado, pois sua contribuição será determinante para a evolução do debate em torno do assunto no Brasil. Para se ter uma idéia da complexidade do tema, basta destacar que a autora não incluiu na obra os resultados da pesquisa aplicada a favelados, declarando-se perplexa com as respostas que obteve e reservando o material para uma outra publicação.

Na apresentação da obra pela Editora, podemos bem avaliar o conteúdo desse livro: "Neste livro falaram homens e mulheres que nunca haviam antes se expressado: os muito ricos (burgueses) e os muito pobres (camponeses e operários). A comparação dos depoimentos destas três classes sociais que são o sustentáculo do sistema capitalista em qualquer sociedade trouxe para o debate e as lutas políticas um novo enfoque, tanto sobre as classes sociais, quanto sobre a sexualidade dos indivíduos. Através deles podemos perceber algo que nem a psicanálise nem as ciências sociais haviam ainda percebido: o nosso corpo como sendo o grande combustível do sistema produtivo. Todos nós, sem exceção, somos muito mais ligados do que poderíamos pensar ao político, ao social e ao econômico. E, para romper estas ligações e assim transformar a sociedade que está aí, é preciso que conheçamos como essas articulações se fazem no concreto de nossas vidas cotidianas. Assim, é da vida de todos nós que este livro trata. Mas ele é apenas a ponta de um iceberg. O resto, compete a nós fazermos em nossa vida concreta".

OSP
25/26 3/3/83

Sou lindo, fofinho, branquinho, 18 dias. Fone: 61-3856

Fernando T. Mendes F.º

Este anúncio de jornal, publicado há alguns dias, em São Paulo, atraiu dezenas de telefonemas. Apesar de muita gente pensar que se tratava de algum cachorrinho de raça, a realidade era bem outra. O que estava à venda não era um poodle, nem um vira-lata, mas uma criança! Sim, um recém-nascido colocado à venda por 500 mil cruzeiros.

Se pensarmos de uma maneira bastante superficial, chegaremos à conclusão de que uma mãe que tenta vender o próprio filho, deve ser punida por praticar esse ato horrível e ponto final. Mas, analisando o caso mais detalhadamente, algumas perguntas faltamente aparecerão. Por que ela quis vendê-lo? Apenas para ganhar dinheiro? Não teria ela nenhum afeto por aquela criança que ela mesma gerou?

Edith Freitas dos Santos, a mãe da criança, veio até nós, da Comissão Justiça e Paz de S. Paulo e contou-nos sua história, que serve de exemplo das violências que são cometidas a todo momento contra as mulheres e seus filhos na nossa sociedade. Expulsa da casa dos pais, após engravidar, ela queria se desfazer do filho por não ter a mínima condição de sustentá-lo, sem a ajuda da família. A própria sociedade impede que uma mulher sozinha possa criar uma criança que é sua. Isso porque dificilmente ela encontrará uma creche onde possa deixar seu filho enquanto trabalha. Também dificilmente ela encontrará um emprego no qual possa levá-lo, amamentá-lo e dispensar-lhe cuidados necessários a qualquer recém-nascido.

O que resta então à mulher se não tentar desfazer-se rapidamente da criança, antes de afeiçoar-se ainda mais a ela? Se pegarmos como exemplo o caso de Valdelice da Silva, a decisão tomada por Edith não parecerá tão insensata. Valdelice, sergipana de 28 anos, veio para São Paulo à procura de emprego e tratamento médico para seu filho caçula, Luís Marcelo, que sofria de hidrocefalia. Abandonada pelo marido, "so-

frendo e passando necessidades", sem nada conseguir aqui em São Paulo, acabou por matar seus dois filhos, enforcando-os.

Enquanto esses fatos horríveis acontecem na sociedade em que vivemos, o que é feito para melhorar a situação dessas mulheres desesperadas e de seus filhos desamparados? Nada, nem por parte das autoridades nem por nossa parte. Isso é um flagrante desrespeito aos mais elementares direitos humanos que são o direito à vida, ao sustento e à educação.

Esta começando a Campanha da Fraternidade valendo a pena lembrar o artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece: "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade". Lembrando ainda o tema que norteará a Campanha deste ano: "FRATERNIDADE SIM, VIOLENCIA NÃO", queremos chamar a atenção de toda a população para essas violências que são cometidas contra as mulheres e contra as crianças, para que fatos lamentáveis como os acima expostos diminuam gradativamente e, quem sabe um dia, deixem de existir.

Notícia e vida

Dia 27 de fevereiro de 1983, às 18,00 hs. durante a missa celebrada por D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, tomará posse a nova diretoria da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, eleita no mês de dezembro último, composta pelos seguintes membros: Margarida Bulhões Pedreira Genevois — Presidente (cargo que já exercia desde julho de 1982, substituindo Dr. José Gregori); Marco Antônio Rodrigues Barbosa — Vice-Presidente e Marcia Jaime — Secretária.

Para esta cerimônia a Comissão Justiça e Paz de São Paulo convida todos seus amigos e companheiros de ideal para juntos pedirem a Deus bênçãos para nossa luta comum em defesa da Justiça e dos Direitos Humanos.

Um presídio de menores

Relatório da Comissão que visitou a Unidade

*Educacional Experimental da Febem, em Sorocaba **

No dia 9 de fevereiro, a Comissão esteve em visita, previamente anunciada e autorizada judicialmente, à Unidade Educacional Experimental da Febem de Sorocaba. Foi recebida pelo diretor do estabelecimento, dr. José Maria Nogueira Fogaça, que fez uma explanação sobre os objetivos e os métodos de sua gestão, assistida igualmente pela imprensa. Em seguida os membros da Comissão puderam percorrer todas as instalações da Unidade, conversar com os internos, médicos e funcionários.

Estão internadas no estabelecimento 111 pessoas, sendo que 45 maiores de 18 anos e 66 menores de 18 anos. As infrações cometidas compreendem furtos, homicídios e uso de tóxicos, não havendo nenhuma separação entre eles. O prédio da Unidade Educacional é um antigo presídio, composto basicamente de um edifício com celas com oito ocupantes cada, em volta de um pátio de cimento sem nenhuma árvore. Em cada cela, quatro beliches de alvenaria, e sem porta, uma privada, um lavatório e um cano d'água com torneiras. Os internos fazem todas as refeições nas próprias celas, pois não há nenhum refeitório para eles (o único, com ótima apresentação, se destina aos funcionários). Não havendo mesas nem cadeiras nas celas, as camas servem para sentar, conversar, dormir e comer.

As celas são vedadas por portas de metal, fechadas a chave sempre que os menores estão dentro delas, especialmente durante a noite, quando dormem. Nos dois cantos internos do pátio interno, a Comissão constatou a existência de dois pares de celas fortes ou solitárias. Cada uma das celas tem a forma de trapézio, uma parede lateral com cerca de 2m e outra com cerca de 1m5 por 1m5 de largura, uma privada turca ao nível do chão de cimento com uma válvula acionada do lado de fora pelo funcionário. O único interno na enfermaria, durante a administração anterior, foi transferido de uma outra unidade da Febem e jogado numa dessas celas fortes por 30 dias, apesar de estar com tuberculose, sem que o pessoal médico o tenha examinado.

Segundo a exposição inicial do diretor, essas celas não estavam mais em uso; entretanto, a comissão pôde constatar que tinham sido caídas de branco na véspera. Segundo os depoimentos recolhidos e as próprias informações da equipe técnica, a cela forte era regularmente usada. Durante a visita dois membros da Comissão puderam encontrar numa gaveta de um fichário da sala dos inspetores dois canos de metal de cerca de sessenta centímetros, recheados de cimento com alças de corda para serem segurados e mais três cascotes de borracha. Convidado a constatar a existência desses instrumentos de tortura, o diretor informou que esses cascotes pertenciam à administração anterior e que não estavam mais em uso. Não deixa de ser surpreendente que estivessem tão disponíveis e num local tão apropriado, exatamente a sala dos encarregados de lidarem com os menores.



A comissão percorreu ainda a cozinha, as salas de aula, as oficinas de trabalho e pôde constatar que a direção se esforça por manter uma atmosfera de limpeza e de organização e que, segundo depoimentos dos menores, essas atividades são efetivamente realizadas. Visitou também a enfermaria e conversou com o único médico psiquiatra da unidade (quatro horas de atendimento diário) a respeito dos tratamentos e medicamentos ministrados aos internos. Através do exame de uma ficha médica de um interno, julgado violento, foi constatado que a assistência médica usa livremente de exageradas doses de medicamentos que podem ser considerados como verdadeiras camisas-de-força químicas. Os que se rebelam mais repetidamente são virtualmente dopados.

Foi realizada uma reunião da Comissão com membros da equipe técnica, duas psicólogas, uma assistente social, uma pedagoga e alguns outros funcionários (no total são em número de 122, sendo que desses 27 são guardas de presídio deslocados para essa Unidade). Ficou patente para a Comissão que, apesar de toda a boa fé e empenho do diretor do estabelecimento em assegurar uma atmosfera de colégio interno, a Unidade Educacional Experimental de Sorocaba é na realidade um presídio de menores, ao total arrepio da legislação. Mas não é somente o prédio que determina o caráter de presídio da instituição: é a própria metodologia desenvolvida para lidar com os menores infratores. Toda a energia de uma centena de jovens das classes populares, que poderia ser canalizada para o lazer e o trabalho, é inibida por uma quantidade de prescrições e de cerceamentos que, ao contrário de desviá-los da violência, reitera a violência. Nas próprias salas de aula, se um aluno quebra a régua, é severamente punido com várias restrições, o que não leva a nada.

O próprio diretor declarou na reunião que autoriza os inspetores a usarem de toda "energia" em caso de conflitos entre os jovens ou com os próprios inspetores, podendo usar o que tiverem na mão. Certamente há métodos mais eficientes capazes de ser empregados por pessoal mais treinado para lidar com situações de conflito violento além da força bruta. O caso da refeição é exemplar: a chefe da equipe técnica informou que os menores comem nas celas porque pediram e porque as regras de convivência que não podem ser infringidas são tantas que tornam impossível estarem juntos sentados num refeitório. O que a Comissão se pergunta é por que a equipe técnica não tenta com sua prática ajudar os jovens a superarem essas regras dos grupos e dos bandos em que viveram, ajudando-os a desempenhar uma tarefa essencial para a sobrevivência, comer em público.

A comissão concluiu da sua visita que, apesar de todas as aparências e esforços da atual administração em apresentar a Unidade Educacional Experimental de Sorocaba como um centro de educação, esse objetivo não é atingido. A dificuldade básica desse presídio de menores é a de todas as instituições penais, aqui agravada porque não se trata de condenados de Justiça nem de "doentes mentais", mas de menores: a cidadania não pode prosperar em entidades onde os internos são despojados de todos os sinais da cidadania, com perda de todos os direitos e submetidos ao arbítrio total, pouco importa que administrado por técnicos ou médicos. É sintomático que até hoje a unidade da Febem em Sorocaba não seja dotada de um regimento interno, o que favorece a atuação discricionária dos funcionários. Chama atenção igualmente o desconhecimento completo, por parte dos menores, de seus direitos, nunca tendo contato com qualquer tipo de assistência judiciária. Mesmo se conhecessem seus direitos, não teriam nenhum meio ou instância para fazê-los valer, pois estão à mercê da boa graça dos funcionários e do diretor. O atual diretor granjeou enorme simpatia pelo grande dom de permitir que os menores assistam a programas de televisão, naturalmente censurados, mas em contrapartida impede o total acesso a qualquer jornal ou revista de informação. Como preparar futuros cidadãos mantendo-os totalmente isolados do que acontece fora do presídio? Sob o pretexto de impedir um descontentamento maior, assegura-se a dominação pela ignorância.

Depois da visita, o prefeito de Sorocaba, dr. Flavio Chaves, que teve a gentileza de acompanhar a Comissão, juntamente com um grupo de vereadores, se comprometeu a derrubar as celas-fortes e a solicitar do diretor da Unidade a desativação dos instrumentos de tortura encontrados. A Comissão foi informada de que as celas-fortes foram lacradas, solução mais rápida encontrada, e os cassetes encaminhados à Secretaria de Justiça, pois o diretor da Febem, que também acompanhou a visita, informou que se tratava de "patrimônio" dessa Secretaria. A Comissão considera pueris e desinformadas as acusações que foram veiculadas por parte da administração da Unidade e por parte de vereadores, e atribuindo à visita da Comissão a culpa por duas rebeliões que ocorreram no presídio de menores este mês. Pela lógica dessas acusações, que se permitem ainda acoiar de "sensacionalismo" as revelações feitas pela Comissão após a visita, o silêncio sobre a violência favorece a tranquilidade da repressão. Curiosíssimo raciocínio que consagra o arbítrio e a tortura como métodos ótimos para educar menores infratores. A Comissão tem plena consciência dos riscos de retaliação sobre os internos após as visitas, que, eventualmente, podem ter provocado as rebeliões dos internos. Apesar disso, crê que somente a divulgação pela imprensa do que se passa nas instituições da Febem poderá propiciar a sua transformação. A Comissão crê que é um imperativo da democracia que essas entidades sejam abertas para o conhecimento da comunidade do que se passa atrás de seus muros.

A Comissão está plenamente convencida de que essa visita à Unidade Educacional Experimental de Sorocaba, com todas essas repercussões e consequências, poderá ajudar a lembrar que a própria denominação da Febem deveria obrigá-la a se preocupar mais com o bem-estar do menor e menos com uma retaliação a jovens infratores, disfarçada de reeducação. Nenhuma instituição total, e muito menos qualquer entidade da Febem, pode usar a violência contra os menores e cidadãos sob sua responsabilidade. No caso específico de Sorocaba, a Comissão, com toda convicção, poderia recomendar que o melhor a fazer seria demolir o presídio. Mas como estamos no Brasil, em meio à miséria de equipamentos públicos, as autoridades responsáveis poderiam destinar o prédio para qualquer outro uso, menos o de abrigar menores. E profissionais competentes poderiam examinar cada um dos 111 casos dos pequenos prisioneiros e dar-lhes um encaminhamento mais adequado do que a vida num presídio. O fundamental seria a Febem estar mais dedicada a cuidar da integração dos menores no chamado "estágio V", ou seja, a volta à sociedade, fora das instituições onde viveram e cresceram, cujo estigma carregarão para sempre.

A Comissão, depois da visita ao Manicômio Judiciário e à Unidade da Febem em Sorocaba, fará outras visitas. Creemos que através dessa atividade a sociedade poderá sentir mais responsabilidade por esses espaços de dominação pura. A democracia exige a transparência das instituições penais, médicas e educativas do Estado para todos os cidadãos. Através do desvendamento dessas câmaras de opressão da cidadania, novas soluções para a sociedade lidar com os detentos, os doentes mentais e menores, condizentes com os direitos civis, poderão ser discutidas e realizadas.

(*) Participaram da visita: padre Agostinho Duarte de Oliveira, professor Antônio Cândido de Mello e Souza, deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, escritor Fernando Gabeira, dr. Fernando Miljan, ex-procurador Hélio Bicudo, deputado João Baptista Breda, deputado José Gregori, sra. Margarida Genevois, professor Paulo Sérgio Pinheiro e senador Severo Gomes.

Mãe denuncia espancamento *1. P. 24* em uma creche

O menino José Abelardo Rodrigues, de três anos, foi barbaramente espancado numa creche da Prefeitura, na Zona Leste, com um murro no olho, pancadas na cabeça e beliscões, até nos órgãos genitais. Para que não gritasse, enfiaram-lhe panos na boca, que geraram hematomas nas bochechas. Em consequência, o garoto apresenta distúrbios de comportamento e está sob tratamento psiquiátrico.

A denúncia foi feita ontem à tarde pela mãe do menino, Maria Regina Alves Rodrigues, na Câmara Municipal de São Paulo, em depoimento à Comissão Especial de Inquérito (CEI), que apura irregularidades na Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes). Dona Maria acusou o secretário, coronel José Avila da Rocha, de ter tentado suborná-la, para que se mantivesse em silêncio, a fim de não prejudicar a diretora da creche, uma senhora conhecida por "Dona Carmem".

O fato, segundo dona Maria, aconteceu na creche da Vila Constança, em julho do ano passado, e a partir daí, ela vem lutando "para obter justiça, sem resultados".

Secretário DP 92 leva queixa à Polícia

O secretário da Família e Bem-Estar Social (Fabes), coronel José Ávila da Rocha, negou ontem que o menino José Abelardo, de três anos, teria sido espancado em uma creche municipal. Informou ainda ter apresentado queixa por injúria, difamação e calúnia, no 36.º DP, contra a mãe da criança, Maria Regina Alves Rodrigues, que o acusou de ter tentado suborná-la para que não denunciasse o caso.

"Acho uma torpeza essa senhora estar sendo usada para fins escusos de uma campanha de difamação à minha pessoa. Seu filho foi, de fato, barbaramente seviciado, em julho passado, tendo assim chegado a uma das nossas creches. O fato levou sua diretora e uma enfermeira ao 24.º DP para registrar a ocorrência e pedir a abertura de inquérito, distribuído à 3.ª Vara Distrital de São Miguel Paulista", afirmou Ávila.

"Dias depois ela foi vista numa emissora de TV com a criança, que apresentava novos hematomas, em pontos diferentes aos verificados no dia em que foi levada à nossa creche. Isso me levou a pedir ao Julgado de Menores que acompanhasse o caso, pois aquela criança não estava segura".

"Quem foi culpado deve ser punido, pois fui testemunha de que a criança foi seviciada", concluiu o secretário da Fabes.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*Data: *12/10/81*Pág. *1*

Pasta n.º

N.º do recorte

Mais três empresas assinam convênio com a LBA: creches

A presidente da LBA — Legião Brasileira de Assistência, Léa Leal, preside hoje, às 16 horas, na sede da Superintendência, em São Paulo, ato de assinatura de três convênios de adoção de creches pelas empresas Manufaturas de Brinquedos Estrela S.A. Santa Lúcia Cristais Blindex Ltda. e Schain Cury Engenharia e Comércio Ltda., que beneficiarão 105 crianças.

A campanha de adoção de creches estabelecida por Léa Leal em 1981, com a participação do

Pronav-LBA-Programa Nacional do Voluntariado, vem crescendo acentuadamente, pois de um atendimento feito pela LBA, em 1979, de 120 mil crianças, passou para 467 mil, atualmente. Como resultado da campanha, esse número passou para um milhão de atendimentos.

Em São Paulo, com a assinatura dos convênios, hoje, o número de creches adotadas por sistemas bancários e empresas atinge 17, com o que cerca de 500 crianças carentes estão sendo beneficiadas.

Criança desaparece em clínica da Bahia

**Da sucursal de
SALVADOR**

A polícia baiana começou a apurar ontem, em Salvador, o desaparecimento da filha do pedreiro José Felipe Souza e de Maria Edvanira Souza Leite, que nasceu às 3 horas da madrugada no último dia 11 de fevereiro, na Clínica Pamec — Pronto Atendimento Médico Cirúrgico. A menina nasceu através de uma cesariana, e sequer chegou a ser vista pela mãe.

O drama do casal começou logo depois do parto, quando o pai quis conhecer a filha e a clínica impediu. Depois de duas tentativas, surgiu uma versão de que a menina havia

FSP 12/12/13
morrido após o parto e seu corpo já havia sido levado para o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. Ali, o pedreiro foi informado que "uma criança recém-nascida que veio da Pamec já foi enterrada".

No IML, ontem, os funcionários não queriam falar do assunto, alegando que só quem poderia fazê-lo era a diretora, Maria Tereza Pacheco, e só na segunda-feira. Na Clínica Pamec, a telefonista informou que os diretores da empresa só estariam lá na segunda-feira, e negou-se a passar a ligação para o médico de plantão, explicando que "ele saiu para almoçar". Também não quis revelar o nome dos responsáveis pela clínica.

Aqui nasce uma nova educação

Aqui não há lugar para violências, gritos, intolerância. Neste lugar antes sombrio e cruel onde a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) de Minas Gerais despeja, dia após dia, menores anti-sociais do sexo feminino, um jovem professor e sua equipe desenvolvem há seis anos, quase em silêncio, uma fascinante aventura pedagógica. A educação pelo

trabalho, com amor, respeito e solidariedade pelo ser humano. Enfrentando dificuldades de toda espécie — até mesmo a oposição de parte dos habitantes da cidade — eles lutam para recuperar e resgatar para a vida crianças e adolescentes que aqui chegam com todos os tipos de carência, vícios e mágoas. Aqui elas não são chamadas de “menores

abandonados” — são simplesmente educandas. Neste lugar, diz o diretor, há educandas e educadores. Os primeiros são mais importantes, e ambos iguais diante da vida. O educador, repete ele sempre, também precisa ser educado. E aqui, na Escola Febem Barão de Camargos, em Ouro Preto, Minas Gerais, o educador não ensina — aprende, enquanto ensina.

LUIZ FERNANDO EMEDIATO
Enviado especial

O professor Antônio Carlos Gomes da Costa tinha 26 anos e muitas teorias na cabeça quando chegou à porta daquele prédio antigo no Bairro das Cabeças, em Ouro Preto, no dia 6 de fevereiro de 1977, e lá estava a ex-diretora à porta, esperando um táxi e apertando nervosamente um molho de chaves, que lhe entregou, dizendo:

— Tome. A escola é sua.

Não era uma escola, era uma prisão. Quase 200 meninas e 30 funcionárias que usavam cada uma um bastão para tangê-las como gado. A idade delas variava entre sete e 17 anos — e se as de 17 usavam chupetas, carentes e infantilizadas, muitas, com 10 anos, já tinham vendido o corpo por um pastel ou um doce.

Na única saída da Escola Barão de Camargos um soldado PM andava de um lado para o outro brandindo uma vara de bambu. As meninas eram espancadas e obrigadas a dormir, todas as noites, às 19 horas. Drogas, violência, ócio, apatia — o prédio era um depósito de jovem e triste carne humana.

Foi nesta escola-prisão que, em 1977, o jovem professor entrou, debaixo de vaias, gritos e insultos. As meninas não queriam aceitá-lo — ele, o único homem naquele prédio cheio de mulheres (todos os funcionários eram do sexo feminino), e que a partir de então passou a ser conhecido assim — como “o homem”.

A devolução da dignidade

Enquanto foi conhecido apenas como “o homem”, cujas intenções se desconheciam, e em quem não se devia confiar, o novo diretor encontrou dificuldades aparentemente intransponíveis, que o levaram ao desespero e quase à loucura. Preocupado em ser humano e cordial, não conseguia que as meninas — acostumadas com a violência e o descaso — acreditassem nele.

Quando decidiu libertá-las da prisão e do ócio, elas recusaram-se a aprender algum ofício. Soltas pelas ruas, sem saber o que fazer com tanta liberdade, atiraram pedras nas vitrines, roubaram roupas nos varais, prostituíram-se. A comunidade reagiu e, num domingo, um padre iniciou a missa dizendo textualmente o seguinte:

— O novo diretor da Escola da Febem é um homem insano, que abriu as portas do inferno para que suas alunas andem pela cidade como cadelas no cio.

(Hoje este padre reviu suas posições e é um dos beneméritos da escola.)

Telefonemas anônimos, agressões, campanhas pelas rádios, manifestos enviados ao então governador Aureliano Chaves. O novo diretor teve de enfrentar todo tipo de pressões.

Não conseguiram, porém, que ele fosse demitido — quem mais se disporia, afinal, a dirigir aquele imundo e desumano depósito de “lixo”, a escória da sociedade, para a qual, dizia-se, não havia conserto?

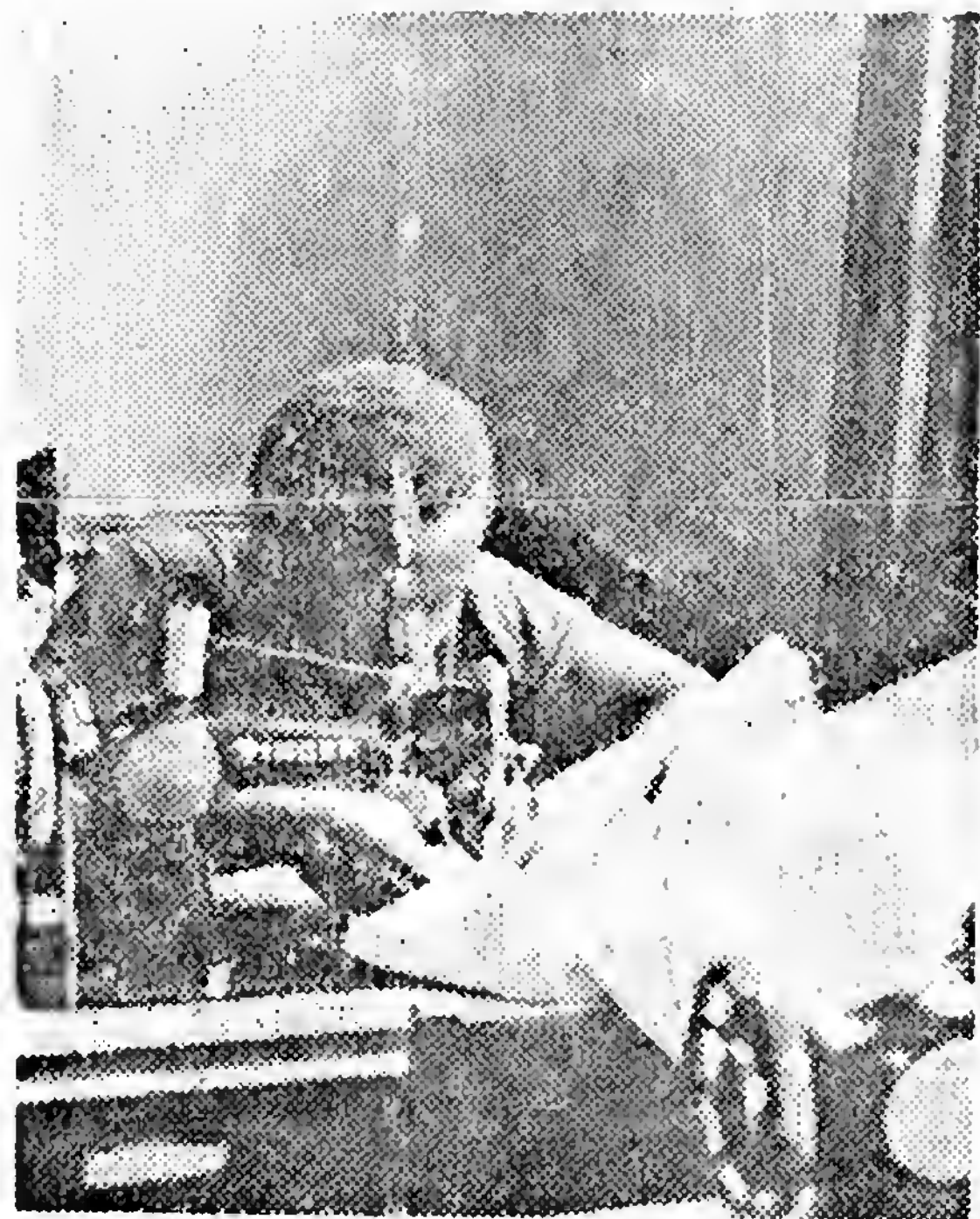
— Sabíamos — lembra o professor Antônio Carlos, hoje com 33 anos, seis anos depois do início de sua experiência — que seria impossível recuperar menores magoadas e sem esperança. Elas não tinham nenhuma razão para acreditar nas pessoas e no futuro. Cumpria, portanto, que lhes devolvêssemos a dignidade perdida.

Teve de reformular toda a estrutura da escola. Transformou todos — cozinheiros, faxineiros, monitores, motoristas e professores — em “educadores” e decretou, “autoritariamente”, que naquele lugar as pessoas mais importantes não eram o diretor ou os professores, mas as “educandas”. Aboliu a violência e a intolerância e mandou afixar em todas as paredes um lembrete básico: “O educador também precisa ser educado”.

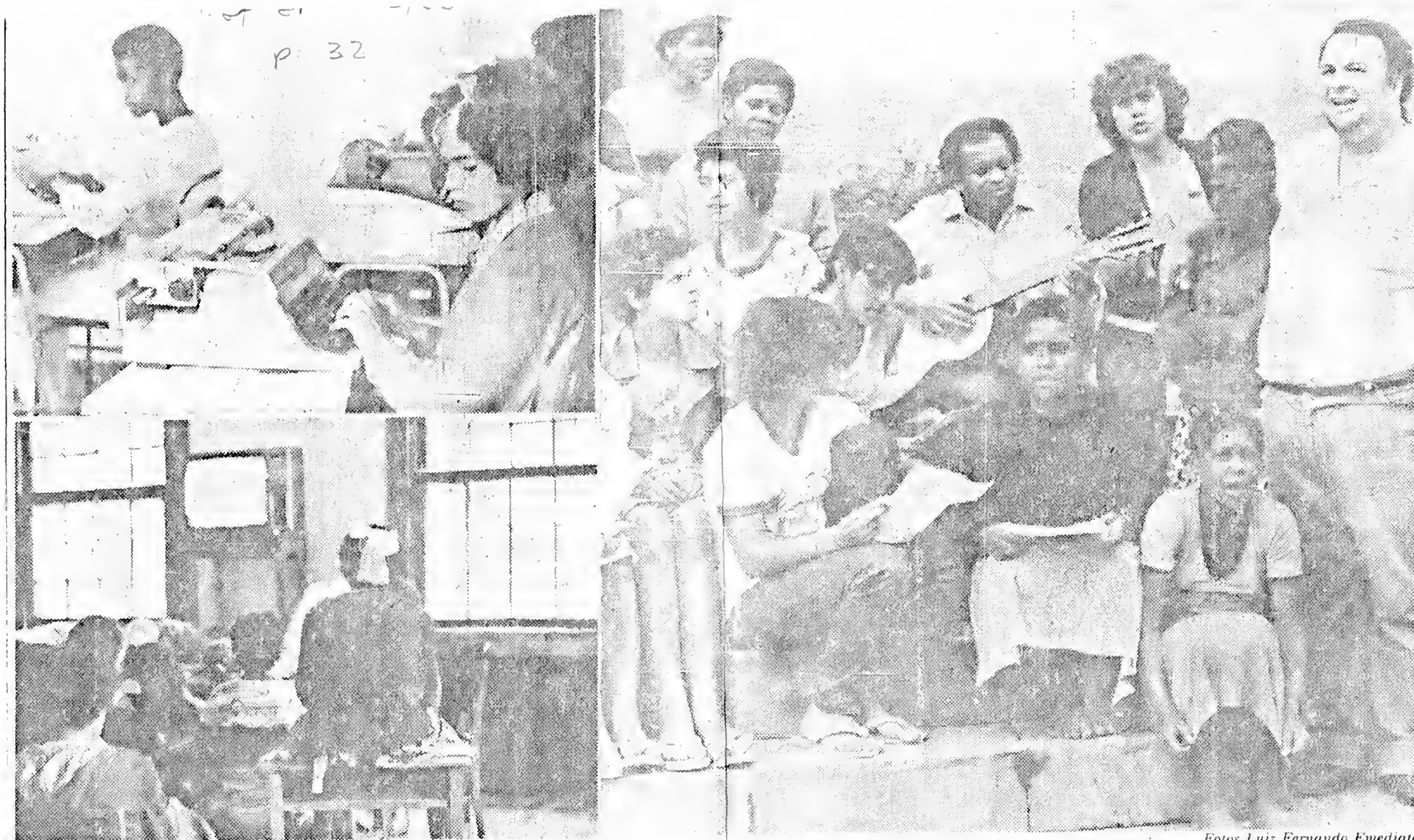
Foi preciso que as meninas compreendessem sua condição de marginalizadas, e ao longo de semanas a fio ele e seus educadores passavam-lhes informações sobre a marginalização social, as causas da miséria, as diferenças sociais e por que elas existem, a possibilidade de estas causas serem rompidas.

O processo demorou quase dois anos — mas elas começaram a compreender e foi no auge de uma crise, quando o diretor já pensava em demitir-se, vencido, que elas descobriram: ele estava do lado delas.

E é aí, verdadeiramente, que começa a fascinante história da nova Escola Barão de Camargos.



A educação pelo trabalho



Trabalhando, vendo TV ou cantando diante da escola: aqui se luta para vencer as limitações e recuperar a dignidade



Uma educação que estimula a solidariedade e a vida em grupo

Riscos e aflição. Vai começar a aventura

Elas eram gado. A melhor definição do que elas eram — e do que era a Escola Barão de Camargos, para onde a Febem de Minas envia menores anti-sociais e infratores do sexo feminino — foi dada pelo próprio Antônio Carlos, em 1977, na carta aberta em que pedia o apoio da comunidade que queria expulsá-lo de Ouro Preto e fechar a escola.

“Quem chega à escola constata, com um simples olhar em redor, o vácuo pedagógico onde as vidas de quase 200 crianças e adolescentes flutuam como balões erráticos num espaço sem o horizonte de uma expectativa. Estiradas ao sol, conversando pelos cantos, perambulando pelos matos que circundam o estabelecimento ou simplesmente sentadas em frente ao prédio, assistindo indiferentemente à passagem da vida pela rua, as menores formam um estranho mosaico, uma metáfora nebulosa da falta de sentido”.

No final da carta, o apelo: “O que queremos é que a comunidade compartilhe conosco o risco e a aflição de uma aventura pedagógica”. Se não foi fácil começar essa aventura, mais difícil foi aceitar o fracasso das primeiras tentativas de aproximação e diálogo com as meninas.

Se o diretor defendia a prática da democracia e da liberdade, esse discurso parecia, ali, vazio e inútil. As meninas riavam dessas palavras. E, quando ele aboliu a violência e os castigos injustos, elas continuaram rebeldes, chamando-o, pelos corredores, de “fraco” e “bobo”.

Foi lendo o educador soviético Anton Semionovich Makarenko (1888-1939) que Antônio Carlos encontrou uma saída para sua crise pedagógica. Com a leitura de Makarenko — para quem a teoria liberal da não-intervenção do adulto na vida do educando, a “não-diretividade”, carece de sentido — descobriu que podia ser “firme” sem ser violento e que era possível estabelecer a disciplina sem o recurso do autoritarismo.

Elas ainda não o amavam — mas começaram a respeitá-lo quando, firme, diminuiu os direitos das rebeldes

renitentes e aumentava os das mais conscientes, numa espécie de jogo. Continuava, porém, em toda a escola, uma espécie de apatia. O diretor criou um jornal mural, o HV — **Hora da Verdade** —, no qual era possível ler manchetes como “Podridão será combatida a ferro e fogo” ou “Diretor solta a franga e proíbe todas as saídas”.

Revolta, desespero, indignação e perplexidade: com todas as letras podia-se ler no HV que tal adolescente era “uma mijona”, ou que outra fora vista “na Ponte do Amor, sarando com um pivete”. A apatia foi vencida: elas se organizaram sozinhas, pela primeira vez na escola, e revidaram com um jornal de oposição, o VT — **Voz da Turma**, no qual imprimiam os mais descabelados adjetivos. O novo jornal foi saudado com nobreza pelo HV, que aproveitou a oportunidade para relembrar sua postura e atacar os “terroristas”.

“É bom — dizia o HV em editorial — que exercitemos a democracia. Somos um jornal democrático, comprometido com a verdade, que tem por finalidade combater o **gusanismo**, o histerismo e o egoísmo cruel. HV fala linguagem simples, dura, franca e direta. Como jornal de luta, vive atacado por terroristas e membros do SI (Setor Imundo)”.

Muitas vezes o Setor Imundo teve voz no **Voz da Turma**, mas hoje se trata de área em franca extinção nesta escola. Tal setor era representado pelas meninas que não tomavam banho, tinham mau cheiro e “a cabeça tão porca quanto o corpo”. Tanto que uma vez o HV saiu com estas escandalosas manchetes: “Vamos combater o inimigo interno! Abaixo o reino da imundície! Fora com os insetos nojentos! O terror não passará!”

Quase passou. “Terroristas” do SI atacaram o HV, rasgando-o publicamente e até incendiando-o em pleno pátio. Mas as reportagens sobre as causas da miséria, as longas discussões sobre a liberdade responsável e até sobre a dívida externa brasileira eram lidas com surpreendente atenção. As meninas estavam se interessando pela vida.

Aprendendo a viver em liberdade

— Eu não queria educandas obedientes, mas educandas independentes e responsáveis — diz Antônio Carlos. — Elas precisavam saber o que é liberdade e como desfrutá-la responsabilmente. E elas precisavam ter esperança no futuro. Começamos, então, com os cursos. A educação pelo trabalho.

Já era possível dialogar com as internas. Elas agora acreditavam no diretor — e elas próprias estabeleciam regulamentos em assembleias, depois das quais sempre saíam “documentos” que assinavam “do próprio punho”, comprometendo-se a agir dessa ou daquela maneira. E eram elas que estabeleciam “punições” para as infratoras.

De descoberta em descoberta, às vezes, o novo diretor se chocava: era impossível educar **sem punição**. Mas como transformar a punição num ato de **esperança**? Concluiu que a punição automática é arbitrária e, por isso, inaceitável. Mas que as meninas aceitavam a punição “justa” e estabelecida por consenso.

A liberdade, explica Antônio Carlos, adquire uma qualidade nova quando é conquistada pela educanda, e não doada pelo superior. Hoje, a punição mais rigorosa na Escola Barão de Camargos é a transferência da educanda para outra instituição: elas geralmente escrevem para o diretor suplicando para voltar.

Aqui não existe ócio ou apatia: todas trabalham, seja aprendendo datilografia, corte e costura, culinária, horticultura, enfermagem, artesanato. O diretor conseguiu vagas para todas as escolas de 1ª e 2ª graus de Ouro Preto.

Mais de 70% das egressas da Escola Barão de Camargos nos últimos cinco anos podem não estar trabalhando em posições sociais de prestígio, mas estão trabalhando — e isto é, para ele, motivo de grande orgulho. Muitas delas escrevem para ele ou para Maria José, sua mulher, agradecendo e pedindo para passar as férias na escola.

Nem tudo, porém, é alegria. Há os casos das que saem dali e se prostituem; das que se unem a bandos de ladrões; e os daquelas que simplesmente somem, e delas não se têm mais notícias.

E há também os casos trágicos, como o de Varlene Mariana de Souza, 14 anos, que fugiu cinco vezes, em 1980, e na quinta fuga apareceu morta com dois tiros, em Belo Horizonte, num terreno baldio, sequestrada pelos próprios companheiros de bando.

Estes resultados — e estas lembranças amargas — fazem parte de um livro que Antônio Carlos escreveu sobre sua aventura pedagógica. Que ele se recusa a definir como

dirigida apenas para menores marginalizados.

— Nossa proposta — explica — é uma alternativa de educação formal para qualquer tipo de adolescente. Uma educação não discursiva, uma educação pelo trabalho. A gente é o que a gente faz.

Assim como Makarenko, ele acha que a educação deve ser ministrada com disciplina, a consciência da necessidade dessa disciplina e a noção de que estão sendo abertos caminhos e perspectivas para o futuro.

Nessa prática ele utiliza também as idéias de Celestin Freinet (o não verbalismo, o educador como criador de acontecimentos) e de Paulo Freire (a conscientização do indivíduo para sua situação no mundo).

Na escola de Ouro Preto as meninas não só estudam e trabalham. Elas também participam da gestão do trabalho (pelo estatuto que elas mesmas redigem) do produto (pois ficam com 1/3 da renda bruta obtida na venda da produção) e do conhecimento (passam a dominar toda a informação tecnológica que lhes possibilitou produzir).

Mas se no caso de Makarenko — que trabalhou 15 anos com menores infratores da pior espécie, alcançando resultados que o tornaram mun-

dialmente respeitado — havia o respaldo de uma sociedade que pelo menos se pretendia diferente de todos os tipos de sociedade até então existentes, no caso brasileiro Antônio Carlos encontra sérias dificuldades. Até mesmo com suas meninas.

— Meu discurso é encarado pelas meninas como marcado pelo irrealismo — admite. — O mundo lá fora não é como o mundo da Escola Barão de Camargos. É verdade. As relações numa fábrica não são como as relações solidárias existentes aqui. E elas passarão por este choque, quando saírem para o mundo “lá fora”. Mas eu acredito no meu trabalho. Não devemos esperar uma transformação profunda da sociedade para trabalharmos com o novo, não é? O novo pode ser criado dentro do velho.

Ele sabe que suas possibilidades de vitória são limitadas — milhares de menores abandonados morrerão sem conhecer as experiências da Escola Barão de Camargos — e admite que sua proposta dificilmente terá “realização plena” na sociedade atual. “Mas nossa experiência, creio nisso, alarga, dentro dessa sociedade, o limite do possível. De alguma forma, nos seus impactos com a realidade circundante, serve como denúncia da sociedade e como prefiguração de uma nova sociedade e de uma nova educação.”

O paraíso e o inferno

Quem visita a Escola Barão de Camargos não percebe no ambiente a tensão que há em muitas unidades da Febem. As meninas circulam pelos salões, brincam no pátio, estudam, trabalham, sorriem com frequência, às vezes discutem entre elas, gritam e até se agridem — como em qualquer escola. Parecem seguras, não sentem medo e não se curvam, submissas, diante da autoridade.

As que têm idade acima de 15 anos podem namorar e saem, dançam nos clubes de Ouro Preto e chegam a trazer seus namorados para conversar com o diretor. Ele mesmo já tomou algumas vezes a iniciativa de promover curiosas "assembléias" de namorados nas salas da escola.

Às vezes algumas meninas abusam nestas saídas à rua: embriagam-se ou voltam com o dia já amanhecendo. Nestes casos são punidas com algum trabalho adicional ou com o corte da saída. As portas, porém, jamais são fechadas: há casos de alunas que desobedeceram às punições e fugiram. O diretor encara estes incidentes com naturalidade e até bom humor.

Alguém já disse que a vida na Escola Barão de Camargos é uma estranha mistura de inferno e paraíso. Paraíso, porque aqui são respeitadas. Inferno, porque nenhuma das meninas obviamente gosta de viver numa escola. Elas gostariam de estar com seus pais e de ser pessoas normais, como as outras. A orfandade ou o abandono deixa-as envergonhadas, embora o sentimento de inferioridade diminua quando passam a ter consciência das verdadeiras causas de sua miséria.

Muitas aprendem logo a se valorizar como indivíduos — e são comoventes os casos de meninas que aprendem a defender seus direitos. São comoventes também quando, sábado ou domingo, se reúnem na porta da escola para cantar — muitas vezes músicas que compuseram juntas com o próprio diretor, que é, nas horas vagas, músico e poeta.

As melhores definições sobre a escola até agora têm sido dadas não pelos especialistas de todas as partes do País que a visitam, mas pelas próprias meninas — alunas e ex-alunas — nas suas cartas de agradecimento ou críticas ao diretor, que estimula essa crítica epistolar. Algumas cartas.

"Como vai aí na escola? De vez em quando eu sinto saudades daí, fico lembrando as coisas que fazia, tem horas que fico sorrindo sozinha das bobagens que fiz em todo o tempo que estive aí" (Nadir).

"Quero que vocês me escrevam, pois a ausência de vocês está fazendo eu encontrar um vazio enorme em meu coração. Vocês me deram a esperança de uma nova vida" (Silvânia)

"Sr. diretor, bom dia, tudo bem? Comigo está tudo péssimo, me desculpe as expressões, mas quero que me leve embora por gentileza. Este não é o meu ambiente. Eu não tenho com quem me desabafar, não tenho confiança em ninguém, nem em vocês, diretores. Tem hora que dá vontade de me enfiar debaixo de um carro. Vou sair e quando chegar quero conversar com o senhor." (Fátima, que acabou fugindo da escola).

"Escrevo-lhe esta carta pedindo desculpa pela burrice que eu fiz. Eu me arrependo de ter fugido da escola, por isso peço para voltar se o sr. permitir. Aqui no CET (Centro de Triagem) tem umas meninas de rua que querem me pegar." (A mesma Fátima, depois de ter fugido e ter sido recolhida novamente na rua.)

"Antônio Carlos, eu estou escrevendo para pedir desculpas. Eu sei que estou errada mas a minha cabeça vira de uma hora para outra. Aquele dia eu fui ladrona profissional, mas depois eu fui chorar." (Diná)

"Não sei por que sou desse jeito, eu sou a fim de conversar com o senhor sobre o assunto, mas tem hora que bate uma vergonha." (Ana)

"Tenho pai e madrasta, mas eles não ligam para mim. É triste de pequena, com quatro anos de idade, ser jogada num latão de lixo, e só depois de grande que eles contaram isto para mim e meu irmão. Eu penso em tudo o que aconteceu na minha vida e começo a chorar. O senhor pode me ajudar?" (Rosilene)

Embora atenuados, os conflitos ainda existem. Mas a melhor definição para a Escola Barão de Camargos apareceu, anonimamente, rabiscada numa parede. É assim:

"Pode não parecer, mas eu gosto da minha escola".



Antônio Carlos: 'tenho esperança'

Feminismo menos escandaloso

Simone de Beauvoir, mesmo aos 75 anos,
continua carregando a bandeira do
"segundo sexo", firme no posto de orientadora
teórica do movimento das mulheres
francesas há mais de 30 anos

CHRISTIANE CHOMBEAU E
JOSYANE SAVIGNEAU,
no "Le Monde"

Aos 75 anos, a autora de "O Segundo Sexo" continua sendo a mais importante figura do feminismo na França. Aqui, Simone de Beauvoir fala do movimento das mulheres, menos espetacular do que há uma década, mas ainda muito marcante.

— Se você lança um olhar retrospectivo sobre o feminismo depois dos anos 70, houve conquistas reais, ou por intermédio de satisfações parciais e de categoria as mulheres se desmobilizaram, e suas reivindicações foram sufocadas?

— Eu não acredito em desmobilização. Tudo foi conseguido em boas condições. A contracepção e o aborto são vitórias muito importantes. Abrem caminho para sucessos mais consideráveis. Eu não penso que essas vitórias sejam desencorajadoras. Se, com efeito, existe no fracasso um aspecto de desafio, há no sucesso um encorajamento à ação.

Os sucessos obtidos atualmente são menos brilhantes e o movimento menos agressivo do que no início. Quando tudo estava começando e faltava apoio, tratava-se de agitar as imaginações, os espíritos, e fazer grandes manifestações. Os temas da contracepção e do aborto interessavam a todas as mulheres, de qualquer condição social. Agora, as bases a partir das quais fazemos nossas reivindicações são muito mais amplas. Encontramos por exemplo a clivagem entre as mulheres intelectuais ou burguesas e a situação das operárias, das mulheres verdadeiramente despossuídas.

O problema de classe encontra-se certamente no interior do feminismo. É difícil mobilizar para este movimento mulheres que já estão mobilizadas para a luta contra a exploração econômica. Pouco a pouco, elas entenderão que isto tudo está interligado.

Um dos grandes problemas atualmente é o do trabalho que já se chamou de trabalho negro, porque é não-remunerado, não reconhecido. Alguns homens demonstram boa vontade, mas a batalha está muito longe de ser vitoriosa. E as mulheres estão tão habituadas a achar isso natural que é muito difícil suscitar nelas uma revolta organizada.

— Todas as lutas necessárias já foram levadas à frente? Foram bem escolhidos os objetivos prioritários?

— As reivindicações sobre a diferença, por exemplo, estavam à margem da questão. No início, lutou-se em torno da sexualidade porque a contracepção e o aborto eram problemas evidentes. Mas foi colocada com muita pressa a questão do trabalho, da igualdade dos salários. As resistências dos homens são talvez ainda mais fortes na questão do trabalho do que na do aborto.

— Houve erros de metodologia, de comportamento, na maneira como as mulheres conduziram sua luta? Por exemplo, a questão da não-miscigenação?

— Sobre a não-miscigenação, eu estava de

acordo. Mas preciso saber de que se trata a não-miscigenação. Em relação aos grupos de consciência — ou seja, as reuniões de mulheres para falar de seus problemas — acho que a não-miscigenação foi excelente, porque quando os homens tomam a palavra têm tendência a monopolizá-la e a dar lições às mulheres. Mas há outros casos. De qualquer maneira, na comissão sobre as mulheres e a cultura da qual participo os homens são admitidos.

— Quais são os objetivos do feminismo hoje?

— Para ficar no aspecto prático, vou falar da iniciativa da liga do direito das mulheres: a criação de uma liga do direito internacional das mulheres. Constatamos, infelizmente, que os direitos ditos do homem não são tão universais como se quer, e que nesses direitos do homem não se compreende a especificidade dos direitos das mulheres. Os organismos oficiais não ouvem a voz das mulheres que imploram o fim de sua exploração e mesmo de suas torturas. Na França, o ministério das Relações Exteriores respondeu à liga dos direitos das mulheres que não devíamos nos envolver no que é considerado costume em outros países — notadamente a excisão.

*"Os organismos oficiais
não ouvem a voz das
mulheres que imploram
o fim de sua exploração"*

— Não se fechou o parêntese dos anos 70 para retornar a um certo status quo?

— Não, porque criamos algo novo. Evidentemente, como as instituições estão nas mãos dos homens, eles não se preocupam muito em ajudar as mulheres. Mas o governo hoje é mais aberto, criou um ministério sério, com um budget. Agora, devemos servir-nos desse apoio, dessas instituições, para progredir o máximo possível.

— As mulheres militantes talvez percebam uma continuidade, mas para o público sem dúvida há uma recada. Você a sente?

— Não, tudo é menos brilhante, menos escandaloso, porque em 1970 foi a explosão, mas não acredito que o movimento esteja morto ou decrépito. Nos Estados Unidos talvez, mas não na França. Lá eu acredito que haja uma regressão terrível, não somente por causa de Reagan, mas do novo feminismo. Pede-se às mulheres que abandonem sua luta e voltem aos valores tradicionais de diferença entre o homem e a mulher, de vocação das mulheres, esposa, devoção etc. O novo feminismo americano é muito grave, é um retorno ao eterno feminino.

Na minha opinião, as feministas francesas, em geral, não desejam isso. Elas trabalham com mais prudência, mas alcançam resultados. Isto endurece a atitude dos homens por-

que eles se sentem ameaçados por todos os lados, e não gostam nada do fenômeno. Em geral, eles estão mais agressivamente misóginos do que nunca.

— No que concerne a reflexão teórica, 34 anos depois de "O Segundo Sexo" há uma dinâmica do pensamento feminista ou uma carência intelectual?

— Eu não acredito que haja uma carência intelectual. Há mulheres que fazem muitas coisas sérias, como um trabalho nas revistas — "Les Nouvelles Questions Féministes", "La Revue D'en Face", por exemplo — ainda que não apareçam regularmente, por questões financeiras. Há uma diversificação: livrarias, muitas mulheres que fazem cinema, um centro audiovisual que elas gentilmente batizaram com meu nome, e do qual se ocupa Delphine Seyrig. Sem dúvida, o trabalho é menos espalhado, menos provocativo do que nos anos 70. Porque o direito a lutar, em geral, nos foi reconhecido, apesar de todos os homens a quem isso indispõe.

— Mas você não acha singular que as mulheres de 30 anos, tanto na França quanto nos Estados Unidos, sintam mais afinidade com você colocando seu trabalho em termos históricos do que com muitas mulheres mais jovens, como se não houvesse verdadeiramente uma ligação?

— O segundo sexo continua a ser uma bandeira importante. É uma soma, com tudo que isso significa em termos de limite, mas enfim é uma totalidade. Não há muitas mulheres que tenham retomado alguma coisa sob um ponto de vista tão vasto, mas há o trabalho de Kate Millett e algumas outras.

— Se alguém lhe dissesse que todas são suas filhas e que são estéreis, o que você responderia?

— Que não é verdade! Eu não acredito que as feministas de hoje sejam verdadeiramente estéreis. Acho que elas estão-se dedicando mais a temas particulares.

— Você aceitou ser a relatora de uma comissão sobre as mulheres e a cultura, onde estão seus trabalhos e sua visão dos problemas culturais das mulheres.

— Nós só tivemos três reuniões. Felizmente, temos um consenso que faz com que não seja preciso voltar às coisas essenciais. Nós formamos em torno do que sempre foi minha posição: não há lugar para falar de cultura feminina, de linguagem ou escritura feminina. Não é questão de fechar as mulheres neste gueto da "diferença" que os homens adorariam impor. Nós pensamos acima de tudo que é preciso trabalhar no seio da cultura universal, mas de uma maneira que nos seja bem

pessoal, tentando não apenas roubar o instrumento, de fazer nossa esta cultura, mas também mudá-la, nela introduzir valores próprios. Estas mudanças deveriam ser tão valiosas para os homens quanto para as mulheres. O fato de que nós somos uma minoria existencial — ainda que majoritárias em número, de que nós somos aquelas cuja existência tem menos reconhecimento, em inúmeros planos oprimidas pelas civilizações patriarcais, nos dá um olhar sobre o mundo diferente daquele dos homens. Mas é sobre o mesmo mundo que exercitamos nossa observação.

— O feminismo não encontrou um de seus limites não colocando ou não sabendo colocar a questão do amor?

— Há mulheres que a colocaram, na maior parte negativamente. Para muitas feministas o amor como é concebido em nossos países é na maior parte do tempo uma armadilha para as mulheres. É o que eu mesma disse em "O Segundo Sexo" (no capítulo sobre a apaixonada). Frequentemente, o amor é um alibi para as mulheres, uma maneira de disfarçar sua opressão, de transformá-la em valor. Eu acho que isso é verdade e é normal que haja uma grande desconfiança das mulheres feministas em relação ao amor heterossexual. Não que o amor homossexual não tenha frequentemente as mesmas armadilhas e as mesmas dificuldades. Mas no que se refere ao amor mais disseminado, o heterossexual, é verdade que ele se funda sobre a dominação da mulher pelo homem.

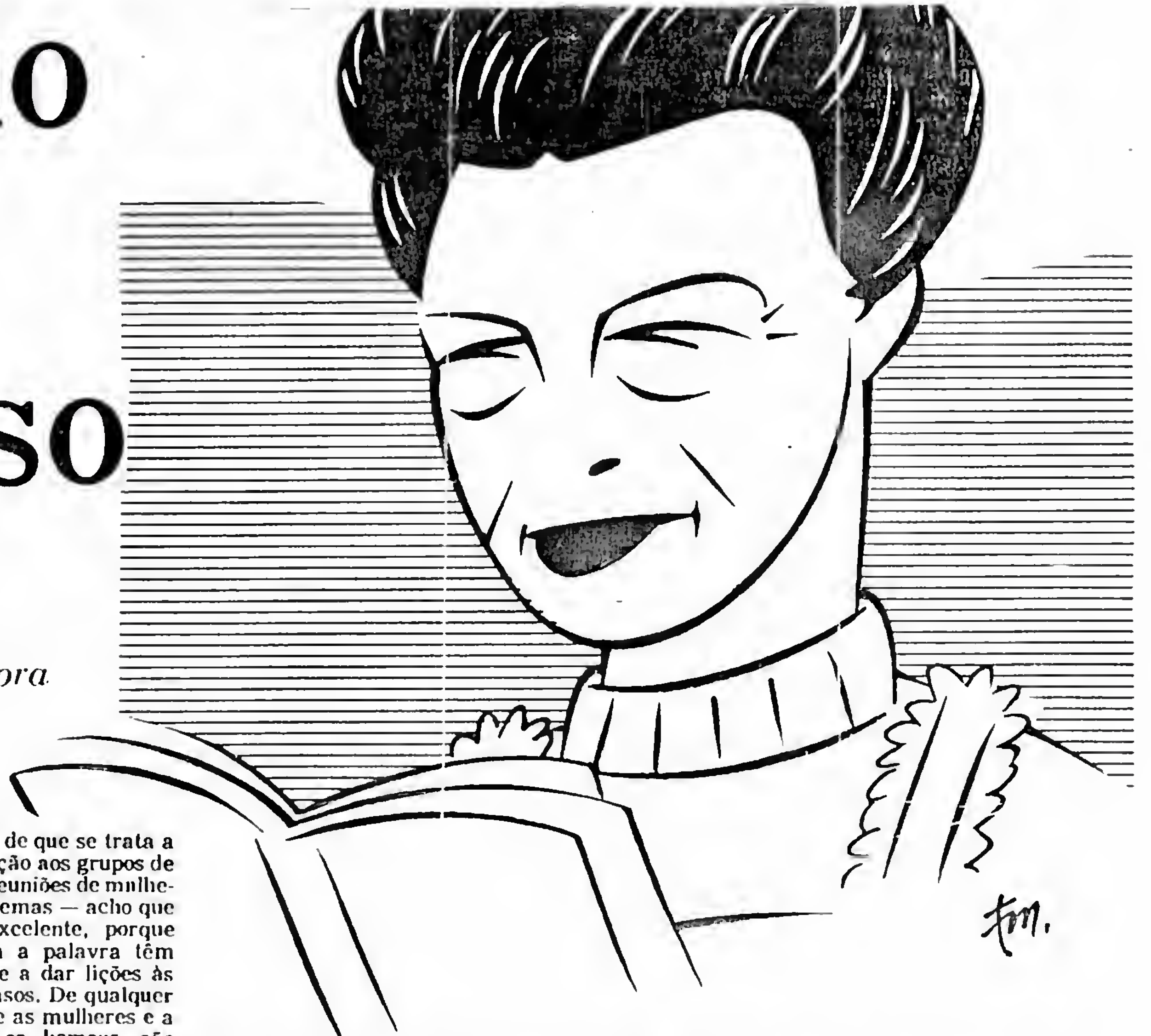
— Haveria um período quase obrigatório de homossexualidade na luta das mulheres?

— Não acredito, pode-se conseguir chegar a um equilíbrio nas relações heterossexuais. Muitos casais o procuram, hoje. Sem dúvida não é fácil de ser encontrado, é alguma coisa a ser reinventada. Porque se os homens aceitam pensar que as mulheres são oprimidas, devem lutar, cada um acredita ser diferente, tratar sua mulher como uma igual. Todos os homens apresentam mais ou menos esta face. Evidentemente as pessoas não se entregam sem razão e, jamais profundamente.

— Hoje, o que mais ameaça as mulheres? — Tudo! Não é uma questão de ameaça surgindo no horizonte, é uma questão de situação. Elas são oprimidas e exploradas. É uma realidade. O que ameaça as mulheres é a realidade do que elas vivem.

— E o que ameaça o feminismo?

— Não sei. Eu não acredito que o feminismo esteja realmente ameaçado, porque acredito que uma vez que as mulheres abriram os olhos e enxergaram sua opressão, isso nunca mais será completamente esquecido.



ALTERNATIVA

Mães de aluguel

Reconhecer a profissão da "tomadeira de conta" pode ser a solução para a falta de creches. As assistentes sociais são contra.



Elas aceitam o trabalho malpago. Afinal, cuidar de crianças é aquilo que sabem fazer.

Dona Anésia, sessenta anos, negra, magríssima, sem dentes, afirma que tomar conta de crianças é muito fácil. Todos os dias aparecem mães que trabalham fora pedindo que ela cuide de seus filhos. Dona Anésia cobra entre 4 e 5 mil cruzeiros por criança a seus cuidados. Já criou seis filhos, todos adultos, e cinco netos e é "tomadeira de conta" de crianças como forma de auxiliar o marido, trabalhador braçal aposentado a quem o INPS paga 21 mil cruzeiros por mês.

Há uma espécie de tabela entre as "tomadeiras de conta". Dona Margarida, 44 anos, quatro filhos e quatro netos, cobra 6 mil cruzeiros das mães com emprego fixo ou 300 cruzeiros por dia das que fazem trabalhos eventuais. Dona Maria Cícera, sessenta anos, cinco filhos e dezesseis netos, cobra 5 mil cruzeiros "das que podem", as operárias, e 3 mil cruzeiros das empregadas domésticas.

Dona Anésia, Dona Margarida e Dona Maria Cícera são algumas das 70 mil mulheres (a estimativa é de uma funcionária da Coordenadoria do Bem-Estar Social do Município de São Paulo), que cuidam de crianças na cidade. Elas têm muita coisa em comum: em geral já criaram seus próprios filhos, são avós e seus maridos estão doentes ou aposentados. A solução para ajudar no sustento do lar é fazer o que sempre fizeram e sabem: tomar conta de crianças.

São as "tomadeiras de conta", que o jargão intelectualizado das assistentes sociais resolveu denominar "mães-crecheiras" ou "mães substitutas". Seu dia inicia por volta das 6 horas da manhã, quando as crianças começam a chegar, e termina depois das 8 horas da noite, quando as mães retornam para pegar seus filhos. Seu trabalho: dão mamadeira, trocam fraldas, cozinham o arroz

com feijão, ditam normas, determinam os brinquedos, riem, batem, acariciam, reclamam, ralham, elogiam.

"Você gosta de morar aqui, Cristina?"

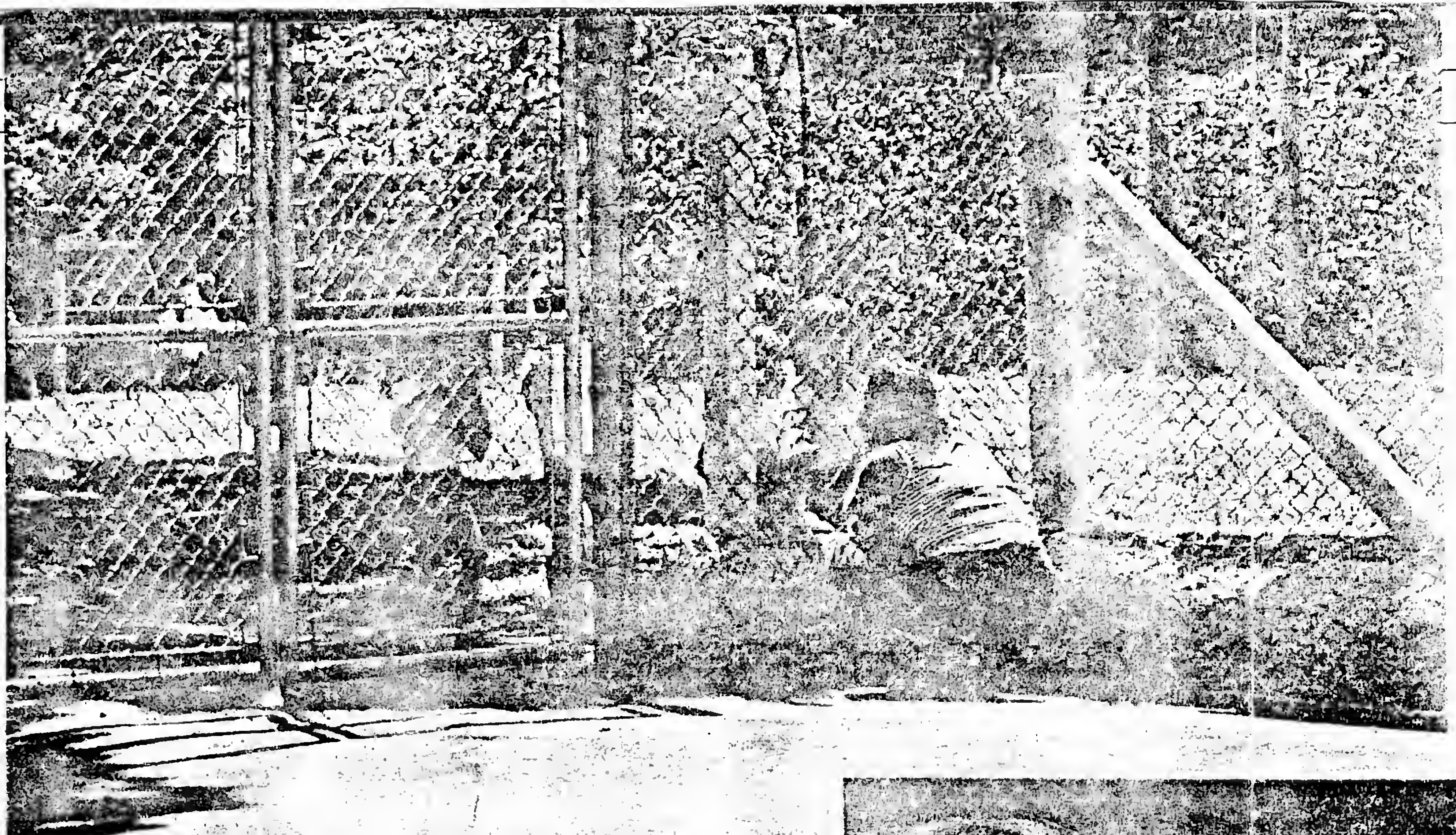
"Gosto", responde a negrinha de olhar vivo e jeito travesso, "a vó bate na gente mas também brinca."

O principal: confiança — A "tomadeira de conta" é uma variedade de subemprego que retira seu sustento da camada de mais baixa renda da população. E é procurada não apenas por causa da falta de creches mas também por uma questão de confiança ("Eu conheço-a há muito tempo, sei que ela toma bem conta de crianças.") e por serem flexíveis, oferecendo facilidades que as mães não encontram nas creches em virtude dos regulamentos rígidos.

Naturalmente que a importância paga é insuficiente até para a alimentação adequada das crianças. É por isso que muitas vezes a própria mãe traz o leite. Ou, como explica Dona Margarida, "às vezes dá um ovo, uma fruta, uma bolacha diferente".

Profissionalização vem aí? — Pois agora essas mulheres, por tanto tempo ignoradas pelos órgãos oficiais e criticadas pelas jovens assistentes sociais por





Deixar a criançada na creche seria muito bom para as mães. Como não há creches suficientes, o remédio é deixar com a vizinha.

serem "mercenárias e ignorantes", podem estar prestes a ter sua profissão reconhecida e seu papel institucionalizado, ao menos nos dois mais importantes Estados da Federação. No Rio de Janeiro, o vice-governador eleito, Darcy Ribeiro, já declarou que "o país precisa assumir sua pobreza e optar por soluções mais exequíveis e baratas". Considerando inviável a construção de creches, porque há falta de verba, sugere que o Estado exerça ação supletiva para o atendimento das crianças a cargo das "mães-crecheiras". Em São Paulo, Dona Lucy Montoro, esposa do governador eleito, faz experiências com a organização Thebaida, assalariando "mães-crecheiras".

Entretanto, antes mesmo de essas experiências alcançarem nível institucional, já estão encontrando oposição por parte de alguns movimentos feministas e de um bom contingente das profissionais da área de assistência ao menor, para quem "o Estado deve construir creches e gerilas diretamente", por ser esse "um direito que o cidadão tem".

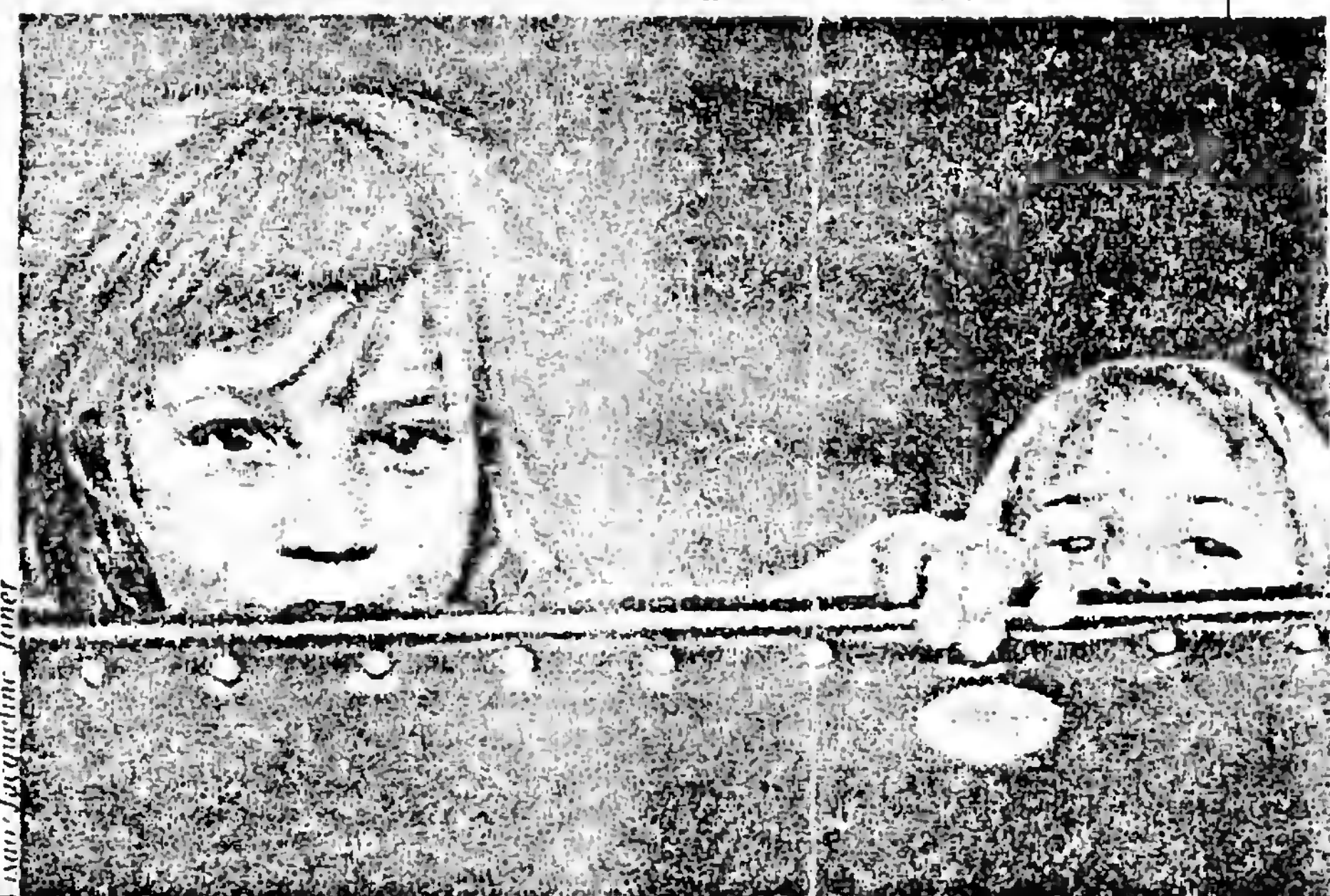
Esse objetivo, contudo, parece extremamente longínquo quando apreciamos os dados disponíveis. Em São Paulo, capital, onde os governos recentes afirmam ter dado ênfase especial à implantação de creches, a Prefeitura faz a tímida estimativa de que existam 400 mil crianças como demanda potencial para creches, sendo que são atendidas apenas 9,9%. Há em São Paulo cerca de 150 creches da Prefeitura (geridas diretamente) ou conveniadas (construídas pelo Governo e entregues à gestão de particula-

res) que atendem a cerca de 30 mil crianças. Em contrapartida, estima-se que cerca de 350 mil crianças na capital estejam aos cuidados das "tomadeiras de conta".

Números falam alto —

Apesar dos números, muitos especialistas recusam-se a aceitar o papel definitivo da "tomadeira de conta", argumentando que isso seria "institucionalizar a miséria". Mas, considerando o custo *per capita* de uma criança em creche (as assistentes sociais avaliam em 30 mil cruzeiros mensais, a Prefeitura de São Paulo estima em mais de 40 mil cruzeiros), o custo de uma rede que atendesse a toda a demanda potencial ultrapassaria 12 milhões mensais. Além disso, a demanda potencial indicada pelo município é ridicularizada pelas próprias funcionárias municipais. "Imagine", diz uma assistente social, "as autoridades municipais dizem que há 5 mil crianças como demanda de creche na região do Butantã. Mas só nas favelas de São Remo e Jardim Independência existem 3.200. E há mais de oitenta favelas na área da regional."

As informações dos bairros confirmam que a defasagem entre demanda e oferta é muito maior do que aquela anunciada pelos dados oficiais. A creche do Jardim Oriental tem 96 crianças e pode atender a 120, "se usarmos o quartinho que está servindo de almoxarifado". A demanda da área, segundo a encarregada da cre-



che, Maria Aparecida Fagundes de Oliveira, é de 5 mil crianças.

Por tudo isso, a médio prazo, qualquer sistema de atendimento à infância continuará contando com a participação das "tomadeiras de conta", que o Estado deveria reconhecer, cadastrar e apoiar com ação supletiva.

"Mas essas mulheres não têm o mínimo de condições", protesta uma assistente social. "Algumas não têm nem geladeira e nos barracos não há higiene nem espaço."

A objeção é real, mas só mostra que as experiências com "mães-crecheiras" em favelas estão mal-orientadas. A "tomadeira de conta" típica já está fixada no bairro, mora em casa de alvenaria e dispõe de um pequeno quintal cercado. Na favela, de população não fixada e sem nenhum espaço, é mais difícil encontrar as "tomadeiras de conta" e os preços são até mais elevados.

Se as "tomadeiras de conta" não resolvem o problema das mães faveladas, é preciso reconhecer que fora dali elas têm

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: REVISTA VISAO
Data: 14 / 03 / 1983
Pág.: 34-36

Pasta n.º
N.º do recorte: 1429.1

dado ajuda preciosa. É verdade que algumas delas são muito pobres. Mas as condições que oferecem não são piores do que as de algumas creches da Prefeitura de São Paulo, como a do Jardim Iolanda, por exemplo, infestada de aranhas, mato alto no jardim e cheia de goiteiras. "Quando chove, vaza água de formar bica", diz Aristeu Cristóvão da Silva, da associação dos moradores do bairro. □

Creche abre depósitos, mas com ordem judicial

EST. SP. 15/6/83
Da regional de
BRAGANÇA PAULISTA

A decisão do juiz Nagashi Furukawa, que decretou intervenção judicial no serviço Assistencial Médico-Alimentar (Sama), na cidade de Bragança Paulista — sob responsabilidade da presidenta Saada Abi Chedid, mãe do deputado estadual Nabi Abi Chedid e do ex-secretário municipal dos Transportes, Jesus Abi Chedid —, teve apoio praticamente unânime da população.

Durante o dia de ontem, por meio de autorização judicial, os novos diretores abriram os pavilhões onde se encontravam os depósitos que, supostamente, deveriam conter roupas, mantimentos, colchões, etc. Realmente, tudo estava lá, mas os funcionários que ainda trabalham no local e que atendiam apenas às determinações da ex-presidenta Saada Abi Chedid, afirmaram que "ela nos disse que tudo isso pertence a ela".

No entanto, as crianças internadas naquela entidade assistencial estava sem roupa, sem comida e dor-

miam sobre pedaços do que restavam de velhos colchões de espuma de náilon. Muitas famílias bragantinas vinham fazendo doações de novos colchões, roupas de cama, cobertores e alimentos quando, surpreendentemente, lá na própria creche, estava tudo aquilo de que eles necessitavam. Imediatamente, foram retirados do depósito e a atual presidenta, Maria Parizze, determinou que se procedesse à substituição dos que estavam em uso. As roupas que as crianças usavam serão queimadas hoje, tal a sujeira e o péssimo estado em que se encontravam, assim como os restos de colchões.

A quantidade de alimentos encontrada é tão grande que, além de servir para as próprias crianças, a nova diretoria determinou que os produtos (que se poderão estragar caso não sejam utilizados) sejam doados para outras instituições de caridade da cidade.

A única coisa que ainda não foi encontrada pela nova diretoria é dinheiro. Os saldos bancários estão praticamente a zero.

Mulheres, trabalho, violência ou feminismo e esperança

050 11a 17/3/83
MARIA VICTÓRIA BENEVIDES

Em plena campanha "Fraternidade Sim, Violência Não" comemora-se, esta semana, o Dia Internacional da Mulher. A comemoração é especialmente significativa se lembrarmos que a data foi escolhida para reverenciar o martírio de 129 operárias que morreram queimadas numa fábrica têxtil de Nova Iorque, vitimadas pela violenta repressão à sua manifestação por melhores condições de trabalho.

Isso ocorreu há mais de cem anos, no dia 8 de março de 1857. Mas todos sabemos que a violência contra os trabalhadores, na legítima defesa de suas reivindicações, não cessou com o "progresso", com a expansão do "Estado do bem estar", e, até certo ponto, da democracia. Não se pode negar, é claro, os avanços e conquistas, mas é também evidente que não se pode negar as várias formas de violência implícitas nas relações capital-trabalho, Estado-sociedade. E se esta violência atinge indiscriminadamente homens e mulheres, não há a menor dúvida sobre o acréscimo da violência exercida sobre as mulheres, exatamente por serem mulheres.

A mulher trabalhadora das classes mais desfavorecidas — a operária, a "bóia-fria", a empregada doméstica, a balconista, etc. — é duplamente atingida: como trabalhadora (e, portanto, submetida à exploração considerada "natural" nos sistemas capitalistas como o nosso) e como mulher. Não se trata de tiradas demagógicas. Basta conhecer um pouco o universo do trabalho feminino para se comprovar as discriminações e injustiças de todo tipo: salários mais baixos (cerca de 40%) para trabalho igual ao do homem; impossibilidade de acesso a determinados cargos ou promoções; péssimo atendimento às mínimas reivindicações, especificamente femininas, quanto à higiene e proteção contra acidentes; e, principalmente, estabilidade no emprego constantemente ameaçada por eventual casamento ou gravidez. É sabido que muitas firmas não aceitam mulheres jovens e, quando o fazem, as mulheres são obrigadas a passarem por incríveis vexames, tais como os exames de urina mensais para detectar gravidez.

Outro dado dessa exploração refere-se às chantagens do assédio sexual por parte dos chefes e "patrões", violência partilhada, aliás, por mulheres de diferentes ocupações, da operária à profissional liberal. Este tipo de dominação é bem conhecido em certos meios (patrão-secretária, por ex.), mas persiste até mesmo nos ambientes "nobres" das Universidades. (Lembro-me, especialmente, de alguns casos que acompanhei — na época como representante dos alunos em minha Faculdade de professores que perseguiram alunas que se tinham negado às suas propostas com danos morais e profissionais incalculáveis.

Na raiz dessa denominação de caráter sexual — que é, naturalmente velada — encontra-se outro tipo de discriminação explícita, reconhecida publicamente e aceita por grande parte da sociedade. Trata-se dos anúncios, nos classificados da chamada "grande imprensa", que oferecem emprego às mulheres exigindo que sejam "jovens e de ótima aparência". Além de humilhante para todas as mulheres (voltamos, hipocritamente, ao tempo em que se escolhiam escravos examinando os dentes, os músculos das pernas, etc), tais anúncios visam a excluir as mulheres de cor, o que é, evidentemente contra a lei. Uma secretária contou-me, recentemente, que, ao apresentar-se num grande escritório, ouviu do gerente, alto e bom som: "Ah, não dá, você é feia demais".

Todos esses fatos são bastante conhecidos. Foram aqui lembrados apenas para reafirmar que existe, um tipo de violência que é específica contra as mulheres que trabalham. Aqui nos referimos particularmente à violência no mundo do trabalho, mas é claro que permanece, latente ou explícita, aquela violência considerada "tradicional" contra as mulheres no lar, nas famílias. Basta ler os jornais ou acompanhar os programas de televisão.

A lembrança dessa violência contra as mulheres deveria nos levar à uma maior conscientização sobre os movimentos feministas em nosso país. Mal compreendidas, muitas vezes redicularizadas — quando são manipulados por grupos políticos — esses movimentos constituem, hoje, a vanguarda de uma nova cultura que recusa, radicalmente, as várias formas de violência e injustiça. Não se trata de se opor aos homens, mas ao mundo que o homem criou, da autoridade, da burocracia, da exploração, da alienação. Como salientou recentemente a psicóloga Martha Suplicy, o movimento feminista expressa a busca de uma nova ordem, fruto da humanidade inteira, homens e mulheres.

Nossa homenagem e nosso apoio, portanto, à luta das mulheres, pela fraternidade sim, violência não. Nas comunidades, nas fábricas, nas universidades, nos partidos políticos, nos partidos políticos, nos seus próprios lares.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Post. São Paulo*Data: *26/3/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Mães influirão em creche municipal

A secretária da Família e do Bem-Estar Social, Marta Terezinha Godinho, comunicou ontem a um grupo de mães do Movimento por Creches — que esteve à tarde em seu gabinete reivindicando a participação da comunidade no funcionamento das unidades — que solicitou à Secretaria de Higiene e Saúde a revisão do concurso realizado recentemente pela Prefeitura para a escolha de funcionários para trabalhar na Fabes. Além disso, pediu — e a comissão de mães prometeu fazer em 15 dias — um levantamento da situação das 140 creches municipais, com sugestões a respeito das formas de participação da população no seu funcionamento.

A secretária da Fabes explicou que pediu a revisão dos exames porque constatou evidências de que houve discriminação contra as pessoas mais carentes que participaram da prova. E para que isso não ocorra novamente, prometeu estudar novos critérios de seleção de pessoal. Segundo disse, as futuras seleções de-

verão levar em consideração os aspectos locais onde estão instaladas as unidades.

Marta Godinho expôs também o problema de verbas que a Secretaria enfrenta e concordou com a reivindicação do movimento que deseja incluir no processo de escolha das diretoras das creches. Lembrou que o que a Secretaria tem condições de fazer sem dinheiro está sendo feito, mas deixou claro que no momento a Fabes "não tem dinheiro nem para manter em funcionamento as creches existentes". Ela quis saber por que a rede de creches municipais, pelos relatórios que possui, está funcionando com apenas 47% das 15 mil vagas existentes.

Uma das integrantes do Movimento, Lourdes Peres Cardoso de Andrade, explicou que os dados em poder de Marta Godinho, deixados pela gestão anterior, não refletem a realidade, pois seriam necessárias atualmente pelo menos dez mil creches na Capital para atender a 120 mil crianças carentes.

De maneira geral, entretanto, as representantes do Movimento saíram satisfeitas com os resultados do encontro com a secretária. Marta Godinho prometeu estudar também a possibilidade de atender a reivindicações de mães interessadas em afastar 40 diretoras "bêbicas" nomeadas para creches ainda fechadas, e que deverão ser entregues a entidades particulares, segundo orientação da gestão anterior, dirigida pelo coronel Ávila da Rocha.

As mães ainda se queixaram do "precário funcionamento das creches". Maria Regina Alves Rodrigues, por exemplo, denunciou que seu filho, José Bernardo Rodrigues, de três anos, foi espancado em julho do ano passado, duas vezes por funcionário da creche de Vila Constância. O menino, segundo ela, sofreu graves lesões corporais e problemas psíquicos que o obrigaram a fazer tratamento psiquiátrico. Ela quis saber por que tanto a sindicância administrativa aberta pela Secretaria, como o inquérito policial para apurar o caso, foram arquivados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: JORNAL DO BRASIL

Data: 26 / 03 / 1983

Pág.

Parte n.º

N.º do recorte

1438

OS FILHOS DAS CRECHES

As mães podem ficar tranquilas: as crianças criadas nas creches permanecem saudáveis e sociáveis

B

J Brasil

26/3/83



CRIANÇAS SOCIÁVEIS E INDEPENDENTES

Catarina Figueiredo

ELAS têm muita coisa em comum: idade (entre 22 e 37 anos), curso superior e, acima de tudo, a preocupação por não ter com quem deixar os filhos na hora do trabalho. Ainda jovens e dispostas a enfrentar o mercado de trabalho sem, no entanto, adiar a maternidade para mais tarde, sofrem as mesmas angústias e inseguranças quando voltam a trabalhar. Não querem (ou não podem) deixá-los com as avós nem com babás ("não existem mais boas babás"). A solução é a creche, vista pela maioria das mães como o meio mais seguro e confiável.

Ana Carolina tem 2 anos e 4 meses e frequenta a Creche Tutuquinha, na Tijuca, desde os 3 meses de idade. Todos os dias da semana, a rotina é a mesma: às 8h da manhã, Ana chega com a mãe, Maria Teresa, que volta às 19h para pegá-la. São 11 horas diárias de separação, suavizadas apenas por eventuais telefonemas da mãe para saber da menina na creche.

Maria Teresa Guerreiro, 37 anos, formada em jornalismo e funcionária do Estado, além de trabalhar fora, ainda carrega a desvantagem de ser solteira. Quando ficou grávida, trabalhava com um embalador e tinha uma situação financeira muito boa para uma mulher sozinha. Mas, pressionada por seus superiores a regularizar sua situação civil, foi obrigada a sair do emprego e procurar outro. Quando Ana Carolina nasceu, Teresa já tinha resolvido que a deixaria numa creche. Hoje em dia, ela vê que foi o melhor que podia ter feito pela filha:

— Além do convívio com outras crianças, a creche faz com que elas adquiram maior sociabilidade e confiança. Ela tem disciplina. Eu chorava muito quando a coloquei na creche. Mas, como sempre tive os pés no chão, procurei adormecer esse lado. Procurei superar esses problemas. A reflexologia me ajudou — afirma Maria Teresa.

Quando Ana Carolina está doente, fica em casa para não ter contato com os coleguinhas. Segundo Teresa, a diferença entre as crianças da creche e as outras é gritante. São mais independentes e sociáveis, enquanto as que ficam em casa se tornam mais rebeldes e mimadas.

Desde a época da gravidez, Delma Cerqueira, 28 anos, sentiu que seria muito mais tranquilo deixar a filha numa creche. Fernanda fica das 8h às 18h30min, na Criativa, em Botafogo. Aos 3 meses e meio ela foi à creche pela primeira vez mas ficou apenas um dia com a mãe por perto. Afinal, Delma não é diferente das outras mães e adiou a escolha de uma creche até poucos dias antes de voltar ao trabalho. Na primeira vez, Fernanda (hoje com 7 meses) chorou um pouco

mas, agora, Delma sente pelo humor da filha, sempre sorridente, que está tudo bem.

Diz que, pelo fato de ter permanecido em casa 4 meses e meio, estava começando a ficar neurótica de só lidar com a filha. A volta ao trabalho ajudou mãe e filha a se entrosar melhor nas horas em que estão juntas.

— Para quem não tem ninguém da família para ficar com a criança, a creche é a melhor opção — é o que afirma Célia Ribeiro, 30 anos, jornalista. Com 3 meses e meio sua filha, Erika foi para a creche. Na véspera, Célia não conseguiu dormir e chorou a noite toda. Ficou com medo de que a menina sofresse e sentiu muita culpa. Mesmo com grande vontade de parar de trabalhar, persistiu e colocou Erika na Tutuquinha, na Tijuca.

Logo no primeiro dia, ligava do trabalho a toda hora, para saber de Erika. Com o passar dos dias, os telefonemas foram diminuindo e aos poucos a Célia adquiriu confiança. Segundo ela sentia mais saudade que preocupação. Além disso, no primeiro dia, ao buscar a filha, ficou enciumada por vê-la chorar quando veio para seu colo. Pensou que perdera o amor da menina.

No momento, Erika ainda não completou um mês de creche. Mas a mãe se diz muito satisfeita por achá-la mais calma quando está em casa. Para ela, é bom saber que os responsáveis pelas crianças cuidam de tudo, dando, não só os cuidados básicos (alimentos, banho, troca de fraldas), mas também carinho.

-COMO boa observadora, eu vejo, quando vou deixar a Erika, as crianças entrando na creche e reparo que estão satisfeitas e alegres por estarem ali. É o melhor para a criança e um prolongamento do lar — afirma Célia.

Em sua opinião, as mães procuram as creches mais caras por acreditarem que estas dão mais assistência e conforto. No entanto, as mais modestas podem oferecer um ambiente acolhedor.

Filha de grego, Tais Specialle, 29 anos, professora, não deixa apenas um mas todos os seus três filhos numa creche. Daphne, de cinco anos, Laio, de três, e Kimon, de um e meio, vão todos os dias para a creche na Tijuca, das 8h às 16h, enquanto a mãe dá aula. Brincam, almoçam e aprendem a ler.

Tais nunca pensou em pedir a alguém de casa para olhar os filhos. Acha a creche ideal.

— Eles a identificam como a outra casa deles. Quando não têm escola, eles ficam tristes — diz Tais.

Além disso, as crianças não gostam da sua comida e dizem que a da creche é melhor.

— O espinafre da vovó é melhor (as crianças da creche chamam a cozinheira de vovó). Elas se habituam a comer de tudo — verduras, legumes e carnes — enquanto em casa, por não gostar de algum alimento, a gente acaba não dando — afirma Tais. O caçula Kimon já come sozinho com um ano e meio.

— A ansiedade dos pais e o sentimento de culpa causam a má adaptação da criança. O meu filho mais velho, o Daphne, foi para a creche com oito meses.

A TÊ hoje eu só tenho a dizer que está sendo excelente para eles, pois desenvolvem o aspecto motor e a sociabilização. É uma pena que nem todas as pessoas possam colocar os filhos na creche, por ser tão caro.

Médico pediatra, com consultório na Clínica São Vicente, na Gávea, Raul Ferrante afirma que é sempre melhor deixar a criança numa creche do que na companhia de uma babá menos qualificada. Na sua opinião, a creche é muito mais viável e é pena que a lei não seja cumprida. As mães lhe perguntam o que acha das creches e pedem para indicar alguma, porque precisam voltar ao trabalho. A criança cuidada só pela mãe, segundo Raul Ferrante, tem mais vícios de educação.

— A criança deve entender que tem direitos e deveres a cumprir — diz o médico.

Ele também orienta as mães para que não se sintam culpadas por deixarem os filhos na creche. Raul só acha errado mães que não trabalham deixarem as crianças na creche para poderem sair, fazer compras e conversar com as amigas.

Crianças com problemas de trato respiratório e mais vulneráveis, na sua opinião, não devem ir à creche, assim como os excepcionais (que necessitam de escola especializada) e prematuros, só quando liberados pelo pediatra.

— Creche é lugar de criança saudável. Quando as crianças estão com febre ou resfriado não devem ir para não passar para as outras — afirma.

Vendo as outras comerem, elas têm a possibilidade de se alimentar melhor e se habituar a vários alimentos diferentes. Ele aconselha, entretanto, que as mães tenham bastante cuidado na escolha da creche e não receiem que seus filhos peguem doenças infecciosas e sofram maus-tratos.

— As creches deveriam existir em todos os níveis para que todas as mães pudessem colocar seus filhos, próximos ao local de seu trabalho. Afinal, as que existem são caras e só atendem a uma classe economicamente privilegiada, afirma o médico Raul Ferrante.

COMO FUNCIONAM

A LÉM de tomar conta das crianças durante o tempo em que as mães trabalham, as creches oferecem outros atrativos. A Bilô (Rua Barão de Jaguaribe, 280, Ipanema) só aceita para o berçário no máximo 10 bebês de 3 meses a 1 ano aproximadamente. Encarregam-se das crianças no berçário uma supervisora, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem e uma lactarista (prepara as mamadeiras). A partir de um ano, a criança passa para o maternal (de 1 ano a 5 anos), com uma professora e uma auxiliar. Desenvolvem então atividades como pintura, massa, modelagem e colagem. A creche dá

toda a alimentação (no berçário deve ser prescrita pelo pediatra do bebê) que também pode ser trazida pela mãe, no caso de produtos especiais. O pediatra vai à creche duas vezes por semana. Além dele, trabalham na creche uma psicóloga e uma enfermeira. Para o mínimo de 4 horas diárias no berçário, a casa cobra Cr\$ 34 mil 112, e para o máximo de 12 horas, Cr\$ 73 mil 800, por mês. No maternal, o preço varia de Cr\$ 27 mil 250 (4 horas diárias) a Cr\$ 63 mil 960 (12 horas).

Na Tutuquinha (Rua dos Araújo, 84, Tijuca) também funcionam a creche e o maternal, para crianças de 3

meses a 5 anos. A creche tem sistema de *baby-sitter* para os pais que queiram sair à noite e não tenham com quem deixar os filhos. E funciona também em alguns feriados, quando os pais pedem. Cobra inscrição de Cr\$ 17 mil, para comprar material para a criança. O horário integral de 12 horas fica a Cr\$ 47 mil 257 e meio horário (6 horas), Cr\$ 35 mil 464. Para cada horário extra, cobra Cr\$ 800. No hotelzinho, sai a Cr\$ 1 mil, cada hora em que a criança fica na creche. A Tutuquinha funciona com professores, um médico pediatra, psicóloga, enfermeira e nutricionista. Tem condução própria até para bebês.